



TESES

“AVANÇAR NA LUTA E NA ORGANIZAÇÃO DE BASE PARA FORTALECER O SINTEST/RN”

Tese ao XIV CONSINTEST

1. CONJUNTURA

1.1. Internacional

As conseqüências causadas pelo modo de produção capitalista tem se acentuado nesse início de século. Cientistas respeitados, instituições internacionais especializadas, relatórios da própria ONU e até estudos da NASA, tem constatado o aprofundamento da desigualdade social e do aquecimento global com secas e extremos climáticos. A partir do ano que vem, os recursos acumulados pelo 1% mais rico do planeta ultrapassarão a riqueza do resto da população, segundo um estudo da organização não-governamental britânica Oxfam.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou em janeiro de 2014, um estudo detalhando o impacto da crise financeira mundial que abalou o planeta em 2008. Cinco anos após o ocorrido, as duas entidades revelam a preocupação com o nível de desemprego no mundo, que já atinge 202 milhões de pessoas – aproximadamente o total da população brasileira – além da crescente desigualdade social no planeta.

Para sair da crise do sistema capitalista, as burguesias nacionais e o imperialismo continuam atacando os direitos históricos e os padrões de vida da classe trabalhadora e dos povos. Esse ataque é feito através de duríssimos “planos de austeridade” ditados pelo imperialismo e que são aplicados por governos capitalistas.

Esses ataques, que em muitos casos se combinam com a crescente dificuldade dos aparatos sindicais burocráticos para conter a ação popular, desencadearam a explosão de inúmeras lutas em diversos países e continentes. Os povos de todo o mundo decidiram não marchar para a degradação e a barbárie sem antes lutar. Esta é a base social e política para uma realidade internacional que é marcada por grandes manifestações populares, greves gerais, insurreições, revoluções, guerras civis, queda de governos e regimes, como também a eleição e fortalecimento de partidos de esquerda na América Latina e em países como a Grécia e Espanha na Europa.

Os epicentros dessa batalha em nível mundial ainda são as heróicas revoluções que, com altos e baixos, estão em curso na região estratégica do norte da África e Oriente Médio. Destacam-se, nessa parte do globo, a guerra civil na Síria e os processos revolucionários no Egito, Líbia e Tunísia. Além disso, o continente europeu continua em ebulição, em países como Grécia, Espanha, Portugal, Bélgica e Itália.

A esta realidade soma-se a instabilidade crescente (econômica e política) que começa a se expressar na América Latina, onde, depois de vários anos, reaparecem as enormes manifestações populares e greves gerais (Brasil, Argentina, Venezuela, México, Paraguai). Muitos dessas manifestações enfrentando governos de colaboração de classes, que apresentam em sua aparência uma estética social de esquerda com migalhas para a maioria do povo, mas em essência aplica um programa que beneficia em primeiro lugar o sistema financeiro, a grande indústria e o agronegócio.

É fundamental cercar de solidariedade todas as lutas unificadas contra os “ajustes” dos banqueiros, multinacionais e governos no plano internacional. A vitória dos trabalhadores nesses países intensifica o ânimo nos trabalhadores de todo o mundo e ajuda a mover a correlação de forças da luta de classes para uma situação mais favorável a conquistas.

DEFENDEMOS:

- Não aos planos de ajuste do FMI e ao acordo de livre comércio entre EUA e Europa que coloca em risco os direitos sociais. Os trabalhadores não pagarão pela crise!
- Pela anulação da dívida externa (e ou interna) como mecanismo de espoliação da classe trabalhadora;
- Solidariedade aos rebeldes sírios, vítimas da ditadura de Assad; Solidariedade aos palestinos; vítimas do genocídio praticado pelo Estado de Israel;
- Por uma Palestina única, laica, democrática e não racista;
- Apuração e punição de todos os envolvidos no massacre de estudantes no México.

1.2 Nacional

Nos últimos 10 anos houve crescimento econômico, mas não houve uma repartição igualitária do bolo. Os empresários levaram muito mais que a classe trabalhadora e não houve nenhuma mudança estrutural nas causas da desigualdade social no país. Toda a propaganda oficial de que estamos prestes a acabar com a pobreza e criar um país de classe média foi por água abaixo.

Na verdade, existem dois Brasis: O Brasil dos ricos, classe composta por menos de 1% da população, que vivem como reis, e o Brasil dos trabalhadores, que produzem muito e ganham pouco, em trabalhos precarizados e informais.

A curta sensação de bem estar social no Brasil dos últimos anos (sustentada pelo crescimento econômico e desenvolvida pela extensão da Bolsa Família e pela ampliação do crédito) está se evaporando quanto mais à crise econômica internacional se aproxima do Brasil. Ao optar para governar em harmonia com os ricos, teve que entregar muito mais para eles, impedindo uma verdadeira distribuição de renda no país.

Um país profundamente endividado

*“Primeiro, suspensão do pagamento da dívida externa; segundo, acabar com a especulação financeira no País baixando as taxas de juros”
(Discurso de Lula na campanha eleitoral de 1989)*

No final de 2012, com 10 anos de governo petista, a dívida pública (interna e externa) era a maior da história, com R\$ 3,72 trilhões... Segundo dados do próprio Banco Central, entre 2000 e 2012, que engloba 10 anos de governo petista, a dívida pública saltou de 60% para 84% do PIB.

Em relação a dívida per capita, os dados do IBGE e Banco Central dizem que quando FHC assumiu o governo, em 1995, cada criança que nasceu já herdou uma dívida de cerca de R\$ 2 mil. Quando saiu, em 2002, cada brasileiro já devia cerca de R\$ 5 mil.

Cada centavo pago desta dívida é dinheiro retirado da educação, saúde, moradia, reforma agrária, isto é, deixa-se de pagar a enorme dívida social que o país tem com a classe trabalhadora. Com o PT no governo esperava-se que esta sangria ia diminuir. Mas quando Lula saiu do governo, em 2010, cada recém-nascido já devia quase R\$ 15 mil. Com Dilma, na metade do seu mandato, a dívida per capita já chegava a R\$ 18.500,00.

A Confederação Nacional do Comércio publicou uma pesquisa em abril de 2013 que indica que temos 118 milhões de brasileiros endividados, sendo que 37 milhões estão com contas atrasadas. Destes, 12 milhões não podem pagar suas dívidas. A isto se soma um valor de R\$ 41,2 bilhões em dívidas não pagas por parte de pessoas jurídicas. O mecanismo de endividamento é usado como uma arma política pelo governo petista. Através do crédito generalizado gera uma sensação de que a vida está melhorando e as pessoas podem comprar bens e serviços.

A invenção da classe média como demagogia eleitoral

“Boa parte dessa aclamação se baseia em um artifício estatístico, segundo o qual qualquer pessoa com uma renda de no máximo 7 mil dólares por ano – paupérrimo em qualquer lugar – é classificada como pertencendo a ‘classe média’. A tão incensada nova classe média seria apenas uma classe de ‘trabalhadores pobres’”.
(Perry Anderson em Artigo: “O Brasil de Lula”)

A propaganda oficial diz que 40 milhões de pessoas entre 2003 e 2011 passaram a fazer parte da classe média. O governo passou a considerar integrante da classe média quem dispuser de renda per capita entre R\$ 291 e R\$ 1019 mensais. Marcio Pochmann, intelectual petista, faz uma crítica a esta visão afirmando que o governo usa o critério errado para definir classe média pela renda e consumo. Essas estranhas estatísticas são boas para o governo brasileiro fazer propaganda, mas não consegue esconder a realidade de um Brasil de trabalhadores, pobres, precarizados, endividados e com acesso limitado aos serviços públicos.

O pleno subemprego: cresce o emprego precarizado no Brasil via terceirizações

“Estavam em um avião Dilma, Marina e Aécio... Marina com uma nota de 100 disse: Vou jogar essa nota de 100 lá em baixo para fazer um brasileiro feliz... Aécio interrompeu a presidenciável e disse, porque você não troca essa nota de 100 em duas de 50 e assim, terá dois brasileiros felizes... Dilma não perdeu tempo e foi logo falando, vou trocar essa nota de 100 em 10 notas de 10 e fazer muito mais brasileiros felizes lá em baixo... O piloto liga o sistema de som do avião e diz: Porque todos vocês não pulam do avião fazendo todos os brasileiros felizes”
(Piada de domínio público, Sabedoria Popular Brasileira)

Entre 2000 e 2010, foram criados 20 milhões de postos de trabalho com salários de até 1,5 salário mínimo, são empregos precarizados, que substituíram empregos de melhor qualidade e maior remuneração. No mesmo período, foram perdidos mais de 4 milhões de empregos que recebiam acima de 5 salários mínimos. E perderam-se por ano durante governo petista 400 mil postos de trabalho com rendimento acima de 3 salários mínimos.

A verdade é que a classe média diminuiu de tamanho e o número de trabalhadores pobres aumentou. Segundo Pochmann, com base em dados do IBGE, que contempla o intervalo entre 1995 e 2005, “33,% dos postos de trabalho gerados pelo setor privado formal foram de responsabilidade da terceirização no Brasil”.

A precarização dos novos postos de trabalho é resultado da aplicação do neoliberalismo no Brasil com FHC, Lula e Dilma. Informalidade, terceirização, somadas a rotatividade da mão de obra, foram os principais instrumentos dos patrões para derrubar os salários e as condições de trabalho.

Agronegócio virou aliado, meio ambiente destruído e reforma agrária esquecida

“Não existe mais latifúndio no Brasil”
(Kátia Abreu, Ministra da Agricultura indicada por Dilma)

No dia 07 de Janeiro desse ano, a Comissão Pastoral da Terra divulgou um documento que faz um duro balanço, afirmando categoricamente que a reforma agrária do governo Dilma foi a pior dos últimos 20 anos. A CPT também aponta o aumento no número de áreas de conflito e da violência sofrida por trabalhadores rurais. “O ano de 2014 amargou a marca de 34 pessoas assassinadas no campo, o mesmo número de 2013”, diz o texto que indica os estados do Pará, do Maranhão e de Mato Grosso do Sul como os campeões de violência no campo.

O Brasil tem a segunda pior concentração de terras do mundo, onde o grande produtor rural domina mais de 70% da terra. Por isso, mais da metade da sua população rural, que conta com 30 milhões de pessoas, é composta de pobres e miseráveis. O agronegócio domina todo o complexo agroindustrial brasileiro, desde os insumos e maquinário, da produção agropecuária e a agroindústria até as grandes redes de supermercado. Cerca de 30 empresas dominam todo o complexo agroindustrial brasileiro e mais de 70% destas empresas são multinacionais.

A política neoliberal aplicada no campo gerou uma modernização da produção capitalista na área rural, com altos índices de produtividade, quintuplicou a produção enquanto diminuiu o número de trabalhadores rurais. Dois terços das terras dedicadas à lavoura no Brasil estão ocupados por soja, cana de açúcar e milho retornando ao velho modelo colonial de monoculturas de exportação.

O Brasil já é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo e segundo mercado de sementes transgênicas. Esta modernização é destrutiva da natureza, pois a monocultura vai ocupando a totalidade do território e depois de destruir boa parte do cerrado, agora investe contra a Amazônia. Estudos recentes, publicado por cientistas britânicos da universidade de Leeds demonstram que o desmatamento da Amazônia e do Cerrado pode influenciar no volume de chuvas no sul do país. O que pode explicar a grave seca que está castigando São Paulo e o sudeste do país no qual os reservatórios de água estão em níveis baixíssimos e o racionamento de água já é uma realidade com sofrimento para milhões de pessoas.

Brasil: um país mais dependente, com o capital internacional e as transnacionais dominando a economia do país

Segundo dados do próprio Banco Central, nos 10 anos de governo petista se dobrou a entrada de capital estrangeiro e quadruplicou a remessa de lucros para o exterior. Ao liberar as remessas de lucros ao exterior do pagamento de impostos de renda, os governos petistas abrem mão de controlar e taxar o capital especulativo que vem ao Brasil, favorecendo-o em detrimento do nosso desenvolvimento. Nesse aspecto os governos do PT aprofundaram a dependência do Brasil com o capital estrangeiro principalmente com a política de juros altos que atrai o capital especulativo e garante uma imensa remuneração aos banqueiros.

As transnacionais dominam a economia brasileira da seguinte forma:

SETOR	%
Montadoras	100%
Setor eletrônico	92%
Autopeças	75%
Telecomunicações	74%
Setor Farmacêutico	68%
Indústria digital	60%
Setor de bens de capital	57%
Petrobras	55%
Setor de bens de consumo	55%
Siderurgia e metalurgia	50%
Petroquímica	47%

Fonte: ILAESE

Só pra citar um exemplo, a Petrobras: 55% do capital total da empresa já são de propriedade privada, a maioria nas mãos de estrangeiros. Alguns dos grandes acionistas estrangeiros da Petrobras em 2012 são The Bank of New York, BNY Mellon, BNP Paribas, Opportunity, Gap e Credit Suisse, Citibank, HSBC, Schroder, Asset Management, JP Morgan S.A, Black Rock.

Trocando em miúdos, nos anos de governo do PT ampliou-se o domínio das multinacionais a economia brasileira com auxílio do BNDES.

Fonte: Atas das assembleias da Petrobras realizadas em março de 2012.

As mudanças não virão pelas mãos do governo do PT...

Nas últimas eleições vimos um enorme desejo de mudança que, desde junho de 2013, pulsa entre os trabalhadores e a juventude. Esse desejo se manifestou de maneira deturpada, pois muitos votaram em Aécio acreditando em suas mentiras e promessas.

Outros votaram no PT para impedir a “volta da direita” ou por medo de que as coisas pudessem piorar. Na campanha, Dilma fez promessas supostamente de esquerda. Porém sua primeira medida, dias após se eleger, foi o aumento dos combustíveis e dos juros. Compôs o novo Ministério com Kátia Abreu, representante do agronegócio, como ministra da Agricultura; Joaquim Levy, ex-diretor do Bradesco, para o Ministério da Fazenda, e Armando Monteiro, ex-presidente da CNI, para a Indústria.

Na campanha, disse que não iria mexer nos direitos trabalhistas, 'nem que a vaca tussa'. Mas nos últimos dias de 2014, com o apoio da CUT, assinou uma medida provisória que ataca direitos como o seguro-desemprego, a pensão por morte e o auxílio-doença.

Não podemos acreditar que a reeleição de Dilma signifique “Governo Novo, idéias novas”. O que vemos desde já é o compromisso com o lucro dos empresários que financiaram as campanhas, bem como com a manutenção de políticas que precarizar os serviços públicos e atacam trabalhadores do campo e da cidade, em especial mulheres, negros e LGBT's.

Após um longo período com a economia desacelerando, 2015 pode ser o ano em que a crise mundial atinja com mais força o nosso País. Por isso, já tentam jogar a conta nas nossas costas. Porém, os trabalhadores e a juventude brasileira já demonstraram que não aceitarão esses ataques passivamente. Prova é que o Brasil foi surpreendido em 2013 por grandes mobilizações. Precisamos organizar a luta e resistência da classe trabalhadora, não confiar no governo e na velha direita, e voltar a tomar as ruas para fazer ouvir nossa voz e fazer valer nossos direitos.

DEFENDEMOS:

- Não pagamento das dívidas externa e interna aos banqueiros e grandes especuladores;
- Anulação da Reforma da Previdência de 2003; Fim do fator previdenciário, aumento do valor das aposentadorias;
- Pelo fim da Lei de Responsabilidade Fiscal e mais investimentos em saúde, educação e demais serviços públicos; Pela valorização do/a servidor/a público;
- Redução da jornada de trabalho sem redução de salários;
- Chega de privatizações! Re-estatização das empresas privatizadas sem indenização; Fim das isenções para as empresas;
- Re-estatização completa da Petrobras; Prisão e confisco dos bens de corruptos e corruptores; Demissão da diretoria da Petrobras. Estabilidade do emprego para todos os trabalhadores das empresas envolvidas nos escândalos, até o final da investigação;
- Contra a precarização do trabalho; Fim das terceirizações, absorção dos terceirizados com os direitos dos demais servidores;
- Reforma agrária sob o controle dos trabalhadores, já;
- Não a criminalização dos movimentos sociais e das lutas; Garantia do Direito de Greve e contra os projetos de restrição deste direito;
- Contra as opressões e a violência contra mulheres, negros (as) e LGBT'S; Trabalho igual, salário igual; Creches públicas;
- Redução do preço e melhoria da qualidade dos transportes coletivos, rumo à tarifa zero;

... mas a oposição de direita também não nos representa: organizar o campo dos trabalhadores e construir uma greve geral!

Os ataques, os cortes no orçamento, a equipe de governo reacionária, os escândalos de corrupção na Petrobrás e a sinalização de que a crise econômica internacional vai chegar com força ao Brasil abriram uma crise sem precedentes no Governo do PT.

Os índices de popularidade de Dilma, que já estavam baixos, caíram vertiginosamente e a oposição de direita aumentou o tom. Movimentos identificados com setores liberais e de direita iniciaram uma agitação do impeachment de Dilma e a situação política no país aumentou a polarização.

Para tentar abafar o crescimento da oposição de direita, centrais sindicais e movimentos governistas convocaram uma manifestação no dia 13 de março, para sair em defesa do governo sob o argumento de “impedir o golpismo”. A direita, por sua vez, construía uma outra manifestação para o dia 15 de março, na tentativa de desgastar mais o governo.

Os atos do dia 13/03 foram fracos em relação ao que necessitava e queria o governismo. A classe operária e os setores populares não responderam massivamente ao chamado da CUT, MST e UNE às ruas. Aliás, estes buscaram fazer o ato escondendo que este seria explicitamente pró-blindagem do governo, buscando afirmar mais as críticas e reivindicações e aproveitando-se de assembléias e lutas por salários e direitos. Mas, uma vez instalados os atos, apesar de expressarem também críticas e reivindicações, o conteúdo foi governista.

Já os atos do dia 15/03 foram uma derrota para o governo e uma vitória para a oposição de direita, aglutinando essencialmente e massivamente a classe média. Não foram atos explicitamente partidários do ponto de vista de sua convocação, mas tiveram forte participação, organização, infra-estrutura etc. do PSDB, do DEM, do Solidariedade, além da participação de grupos liberais e, evidentemente, apoio e amplificação por parte da mídia, especialmente a rede Globo, cuja programação o convocou ainda que de maneira implícita. Tiveram também organizações e brotes claros de ultra-direita, “fascistóides” e defensores do regime militar. Porém, em essência não foi uma manifestação de extrema direita (“golpista”), foi uma manifestação de classe média, mas de “centro-direita” (85% contra ditadura), apesar do seu enorme preconceito de classe. Não se trata, portanto, de uma “onda conservadora” ou de um perigo de golpe, como insistem os governistas.

Nós necessitamos nesse momento tentar disputar massivamente os trabalhadores para um campo de classe contra o governo e também contra a oposição de direita. Precisamos fazer massivamente com ela esse balanço e reafirmar nossa política de classe, a proposta de construir uma greve geral que enfrente a política econômica do Governo Dilma, a partir dos chamados da CSP-Conlutas e do Espaço de Unidade de Ação.

Só com uma grande mobilização da classe trabalhadora, rumo à greve geral, é que poderemos resistir aos ataques dos governos e patrões!

2. EDUCAÇÃO

A propaganda oficial diz que houve nos últimos 10 anos um crescimento do ensino superior público através da expansão das universidades federais via REUNI. Mas a mesma propaganda esconde a precariedade que vem se dando tal expansão, principalmente agora que no início de 2015 o governo Dilma cortou cerca de 7 bilhões do orçamento da educação, o que já vem afetando o funcionamento regular das universidades federais. Varias reitorias tem publicado notas explicando os sinais da crise orçamentária no qual em muitas IFES os trabalhadores terceirizados passaram o natal de 2014 e janeiro de 2015 sem receber seus salários e estão sob ameaça de demissão, um absurdo completo, pois o governo não faz mais concurso público para uma série de cargos e ao mesmo tempo contratam trabalhadores terceirizados com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Outro elemento que não aparece na propaganda do governo é que o ensino superior privado dobrou de tamanho em relação ao ensino superior público. Segundo os dados do último censo da educação feito pelo INEP, o Brasil chegou em 2013 na marca de 7,4 milhões de estudantes

universitários. Só que desse total, 5,3 milhões (73,5 %) estão em instituições particulares. O restante se divide em instituições federais (1,1 milhão), estaduais (604 mil) e municipais (190 mil).

Durante os governos de Lula e Dilma o ensino superior privado se expandiu de forma tão brutal que há sete anos a KROTON era apenas um grupo de ensino com 18 mil alunos. Hoje, tem 1,5 milhões de estudantes e se tornou a maior companhia de educação do mundo no qual 35% de sua receita depende diretamente de financiamento do governo federal via FIES e o PROUNI.

AS MAIORES EMPRESAS DE EDUCAÇÃO DO MUNDO <i>(Valor de mercado em bilhões de dólares)</i>		
1º	Kroton (Brasil)	10,8 BILHÕES
2º	New Oriental (China)	4,1 BILHÕES
3º	Estácio (Brasil)	3,9 BILHÕES
4º	Apollo (EUA)	3,2 BILHÕES
5º	DEVRY (EUA)	2,7 BILHÕES

Fonte: MEC/INEP.

Essa tabela mostra que a primeira e terceira maiores empresas privadas de ensino superior do mundo são brasileiras e a ampla maioria das instituições de ensino superior (IES) do país são privadas. É por isso que no ano de 2014 o governo e a bancada governista no congresso nacional aprovaram o Plano Nacional de Educação – PNE, garantindo que os recursos públicos continuem financiando os tubarões do ensino privado. Caso o governo chegue a investir 10% do PIB para educação a maioria desses recursos não será para a universidade pública.

Somos em torno de 180.000 mil técnico-administrativos em educação (TAE) espalhados por todas as IFES de norte a sul deste país. São profissionais das mais distintas categorias de trabalhadores: pedreiros, eletricitas, auxiliares agropecuários, vigilantes, motoristas, técnicos de enfermagem, auxiliares em administração, analistas de sistemas, programadores, pedagogos, sociólogos, administradores, contadores, assistentes sociais, técnicos de laboratório, arquivistas, psicólogos, jornalistas, músicos, médicos, dentistas, engenheiros, etc.

Todas essas profissões e outras mais constituem a nossa categoria (Trabalhadores TAE) e com saberes específicos formam um dos pilares que sustentam a universidade pública a produzir e repassar conhecimento através do ensino, da pesquisa e da extensão.

As metas do novo PNE citam estudantes e professores, ignorando completamente qualquer menção a categoria dos Técnico-Administrativos em Educação. Há todo um plano para expandir o ensino superior, que envolve docentes e discentes. E os TAE simplesmente não existem no texto da Lei.

Como pensar a ampliação do ensino superior, sem levar em consideração a ampliação, capacitação, qualificação e valorização dos TAE das IFES? Se o PNE do governo Dilma ignora nossa categoria nas suas metas de médio e longo prazo, qual será o nosso futuro nas universidades?

O PNE demonstra que nos planos do governo não existe o fortalecimento dos TAE das IFES. Não há perspectiva de ampliação do quadro de nossa categoria. A terceirização assim vai continuar avançando mais rápido que os parques concursos públicos para a contratação de trabalhadores via RJU, bem como, não há uma perspectiva de valorização salarial de nossa categoria. Em se mantendo a mesma política do REUNI, com a ampliação de vagas sem a devida contratação de TAE e docentes em números suficientes, continuará o comprometimento da qualidade do ensino.

O endurecimento do governo nas negociações salariais (nos últimos 10 anos foram 6 greves para arrancar alguma migalha do governo) e a implementação da EBSERH são provas de que para o governo, os TAE não precisam ser valorizados e nem citados no PNE, pois o nosso trabalho em sua maioria tende a médio e longo prazo a ser substituído por trabalhadores terceirizados, subcontratados e/ou contratados sem estabilidade, sobrevivendo talvez, alguns poucos cargos de TAE, que serão incorporados a administração e gestão da burocracia das IFES.

DEFENDEMOS:

- Não ao PNE DO GOVERNO DILMA que financia o ensino privado! Dinheiro público só para educação pública.
- Por um PNE que reconheça os TAE, assim como reconhece estudantes e docentes nas IFES!
- 10 % do PIB para a educação pública já!
- Fim do ensino privado e universalização do acesso ao ensino superior público e gratuito!
- Pelo fim da entrada de capital privado na educação e saúde do Brasil!

2.1. Nossa carreira e o que queremos

Em 2015 comemoramos 10 anos de PCCTAE que foi conquistado através de muita luta pela aprovação da lei 11091 em 2005 que instituiu o Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação. Logo na sua implantação, o PCCTAE já apresentava problemas profundos e distorções que compuseram a pauta de reivindicação da FASUBRA e que lamentavelmente até hoje o governo federal muito pouco nos atendeu. Há dez anos persistem problemas como o reposicionamento dos aposentados e a racionalização de cargos dos TAE's que fazem o mesmo trabalho recebendo salários diferenciados gerando injustiças e conflitos de gestão.

Os Técnicos - Administrativos em Educação formam uma categoria multiprofissional (são mais de 150 mil profissionais da educação em todo país, distribuídos em centenas de cargos diferentes), com 05 níveis de escolaridade (A, B, C, D e E) e que estão numa mesma malha salarial delimitada por um piso e teto. Além de vários artifícios incluídos na constituição da carreira que compõe a remuneração financeira, como o Step, incentivos de qualificação (IQ's) e 04 níveis de capacitação regidos por avaliação de desempenho.

A principal virtude do PCCTAE é unificar a categoria dos TAE construindo uma identidade que é percebida no fazer cotidiano da universidade no qual são co-responsáveis pelo ensino, pesquisa e extensão. Contribuindo para a produção e reprodução do conhecimento acadêmico - científico, fortalecendo assim a cultura do povo brasileiro! Somos primordiais para o funcionamento das universidades públicas porem muito pouco reconhecidos e valorizados financeiramente e democraticamente pelas reitorias e governo federal.

A CNSC – Comissão Nacional de Supervisão da Carreira – que foi criada pela lei 11091 com a função de acompanhar o desenvolvimento da carreira e propor alterações para seu aprimoramento - vive uma crise crônica, pois apesar dos esforços técnicos nas elaborações dos representantes dos trabalhadores indicados pela FASUBRA, todo o trabalho desenvolvido na CNSC no sentido de aprimorar nossa carreira não tem praticamente avanço nenhum. Em geral os representantes do governo da CNSC não possuem nenhum interesse em resolver as distorções que estão em nossa carreira, não tendo também poder de decisão efetivo. Toda e qualquer mudança em nossa carreira que envolve impacto financeiro precisa de autorização do Ministério do Planejamento e da junta orçamentária do governo que segue rigorosamente as ordens do ajuste fiscal negando todas as nossas reivindicações e cobranças. Assim, a CNSC se tornou um espaço de discussão abstrata sem resultados concretos, no qual, trabalhadores e governo discutem concepções distintas de carreira somente no campo teórico sem avanços com ganhos para a categoria.

Anexo IV para tod@s foi uma conquista da greve de 2012

A última conquista que aprimorou elementos da nossa carreira foi fruto da greve de 2012. Anteriormente as classes A, B, C e D não tinham direito aos IQ's de forma plena. A ampliação do anexo IV bem como os reajustes dos seus valores para toda a categoria era uma reivindicação histórica, que só foi conquistada com muita luta e inevitavelmente com uma forte greve. A proposta do governo de acabar com os IQ's (percentuais que acompanham a evolução salarial) e transformar em valores fixos foi derrotada!

Isso prova que o governo só dá concessões, ainda que migalhas frente ao que os banqueiros recebem, quando os trabalhadores se organizam, vão pra rua botar a boca no trombone com greve e muita manifestação! Esperar que só a conversa e o cafezinho nas reuniões da CNSC vão resolver os problemas da categoria como muitos que apóiam o governo pensam, é pura ilusão!

Terceirização e falta de concurso publico pelo RJU estão desfigurando a categoria

Em reunião da FASUBRA com representantes do MEC e MPOG no ano passado o governo foi claro: "A nossa política é terceirizar tudo que não é atividade fim". Isso significa que para o governo não tem mais concurso publico para a maioria dos cargos das classes A, B e C de nossa categoria. Essa política não é de hoje, há muito anos o governo abandonou o concurso publico para centenas de cargos que entraram em extinção para contratar trabalhadores via empresas terceirizadas com um grau de precarização brutal.

Essa política tem conseqüências desastrosas para a nossa categoria que está sendo desfigurada para a aplicação uma lógica de gestão de recursos humanos neoliberal. Para o governo dos ex-sindicalistas é preciso flexibilizar contratos e direitos trabalhistas, quebrar estabilidade no emprego, aumentar a rotatividade de contratações/demissões e humilhar os trabalhadores, deixando-os sem salários nas festas de fim de ano de 2014 e no inicio de 2015, como aconteceu recentemente em várias universidades federais.

Nossas propostas para o PCCTAE

O PCCTAE foi uma vitória importante de nossa categoria, mas após 10 anos de negociações, lutas e greves a intransigência do governo nos fez avançar muito pouco na correção das distorções e no aprimoramento de elementos de nossa carreira que já estão ultrapassados por conta do avanço tecnológico e das transformações no mundo do trabalho. Portanto, estamos abertos a discutir mudanças em nossa carreira desde que estejam preservados alguns princípios que não podemos abrir mão, são eles:

1. A manutenção da Malha Salarial única, com todos os níveis de classificação, com piso único e step constante, pois esse elemento unifica a categoria;
2. Concurso Público para todos os cargos para combater a terceirização;
3. Percentuais de IQ relativos à evolução salarial (não valores fixos);
4. Paridade entre ativos e aposentados.

Não estamos a favor de propormos outra carreira na mesa de negociação com o governo, mas sim de termos como centro o aprimoramento de nossa carreira no qual propomos:

- Ampliação dos padrões de vencimento. Os 16 níveis existentes na tabela já não contemplam a categoria principalmente diante das reformas da previdência que ocorreram nos últimos anos

- Ampliação dos níveis de capacitação. Os 4 padrões de capacitação também são insuficientes, dado todo o tempo de carreira desde o ingresso até a aposentadoria;
- Correção das porcentagens dos IQ para graduação, especialização, mestrado e doutorado.
- Majoração do valor do piso rumo aos três salários mínimos e o STEP de 5%.
- Racionalização de cargos de quem faz o mesmo trabalho, mas recebe salários diferentes evitando injustiças e conflitos de gestão.
- Reposicionamento dos aposentados para corrigir distorções originadas na implementação do PCCTAE.

Todas essas propostas atingem positivamente o conjunto da categoria (ativos e aposentados) fortalecendo nossa unidade para o enfrentamento. Acreditamos que a categoria se mobilizaria mais pelo aprimoramento da carreira existente do que para iniciar uma discussão sobre uma nova carreira, no entanto estamos abertos à discussão sobre outras propostas desde que não fira os princípios básicos que apresentamos.

Entendemos que essa discussão da carreira deve unificar a categoria e para isso as forças políticas precisam fazer o esforço para garantir um debate que dê conta de armar a categoria para o enfrentamento, que certamente teremos, em defesa das nossas propostas.

Jornada de 30 horas sem redução de salários, com turnos contínuos: bom para a universidade, bom para a sociedade e bom para os trabalhadores

Segundo Anadergh Barbosa Branco, professora de medicina do trabalho da UnB, problemas causados pelo estresse – depressão que geram alcoolismo, hipertensão, dor de cabeça e outros - levaram 1,3 milhão de brasileiros a se afastarem do trabalho e receberem auxílio-doença. Nessa perspectiva o modelo de desenvolvimento econômico e social está criando uma “legião de incapacitados”, afirma Anadergh. As doenças da mente representam cada vez mais um fator de afastamento do trabalho com maior curso e duração e logicamente isso tem um custo social.

A Associação Internacional de Cuidados com o Estresse – ISMA-BR aponta que 70% da população brasileira sofre de stress, desse total, 30% apresentam burnout, que é o estado de exaustão física e mental que pode levar à depressão e até ao suicídio. A ISMA também chama a atenção para o prejuízo causado ao dinheiro público, pois se estima que o governo gasta cerca de 3,5% do PIB considerando faltas, ausência na empresa, presenteísmo [quando a pessoa está fisicamente no local, mas alheia ao que faz], e a licença-médica, com os problemas todos de saúde. O prejuízo maior é do trabalhador, que prejudica o seu bem maior, que é a sua saúde.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a depressão será a segunda causa da incapacidade para o trabalho até 2020 e segundo os dados do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), os transtornos mentais e de comportamento ocupam o terceiro lugar em número de benefícios concedidos. Em 2011, a Previdência Social concedeu mais de 15 mil aposentadorias por invalidez a trabalhadores vítimas de adoecimento mental. Já os auxílios-doença concedidos em função de quadros depressivos chegaram a 82 mil em todo o País.

A redução da jornada de trabalho sem redução de salários é uma bandeira histórica dos trabalhadores e está mais atual do que nunca, principalmente diante desse quadro devastador no qual a saúde mental de milhões de trabalhadores brasileiros está totalmente comprometida. Reduzir a jornada para 30 horas semanais para os TAE garantindo os turnos contínuos aumentaria a qualidade de vida dos trabalhadores, diminuindo o número de afastamento do trabalho e melhoraria quantitativa e qualitativamente os serviços públicos para população. A resposta do governo Dilma para essa situação vai totalmente contra os interesses dos trabalhadores tanto da iniciativa privada como do funcionalismo público. Além de se recusar a

encaminhar a redução da jornada sem redução de salários, recentemente o governo Dilma editou as Medidas Provisórias (MPs – 664 e 665) que atacam benefícios previdenciários, (entre eles está o auxílio – doença) para pagar os juros da dívida pública, garantindo a saúde mental dos banqueiros.

Aumentou o número de TAE's nas universidades federais que passaram a ter o direito à redução da jornada sem redução dos salários e isso precisa ser reconhecido como fruto da luta da FASUBRA e dos sindicatos filiados que levaram essa bandeira de luta a sério. Na greve de 2014 a luta pelas 30 horas fez parte da pauta nacional e das pautas locais no qual também tivemos vitórias pontuais que nos anima a continuar impulsionando essa luta. Isso significa que não podemos parar, é preciso seguir lutando e exigindo das reitorias e do governo federal a redução da jornada.

Por fim, vejam logo abaixo as instituições no qual os trabalhadores lutaram e conseguiram conquistar a jornada de trabalho de 30 horas semanais sem redução de salários, em alguns casos parcialmente e em outros para toda categoria: UFC, UFPI, UFAL, UFS, UFF, UFPR, UTFPR, UFBA, UFABC, UNICAMP, UFF, UFPEL, UFT, UFG, UFMT, UFAC, IF Sul-Rio-Grandense, IFSP, IFSC, IFRS, IFRO, IFPI, IFPB, IFNMG, IFGO, IFB, IFBA, CEFET-MG.

DEFENDEMOS:

- Reforçar a campanha pelas 30 horas, sem redução dos salários, com turnos contínuos e sem o ponto eletrônico.
- Publicar a cartilha em quadrinhos da FASUBRA sobre os turnos contínuos.
- Construir um seminário sobre as 30 horas.
- A reivindicação das 30 horas, sem redução de salários precisa ser pauta prioritária nas mesas de negociação com governos e reitorias.

Crise dos hospitais universitários e a luta contra a EBSERH

O projeto de lei da EBSERH foi aprovado no congresso nacional em dezembro de 2011, sob fortes protestos da FASUBRA e sindicatos filiados. A FASUBRA, ANDES-SN, Conselho Federal de Medicina, enfermagem, serviço social e outros, Executivas de curso, ANEL e até o Conselho Nacional de Saúde tinham resolução contrária a EBSERH, mas o governo não ouviu ninguém e atropelou geral!

A base aliada do governo, tanto na câmara como no senado, com algumas defecções foi muito fiel. Destaque para as bancadas do PT e PCdoB (partidos que têm forte influência no movimento sindical). A bancada do PT orientou seus parlamentares a votar a favor da EBSERH, já o PCdoB liberou seus parlamentares. Dos parlamentares do PT que estiveram presentes, 59 votaram a favor da EBSERH, 04 votaram contra e houve uma abstenção. Já no PCdoB, 07 deputados votaram a favor e 06 votaram contra a EBSERH. A aprovação da EBSERH no senado foi ainda mais tranquila, também contando com a obediência da bancada governista, onde a ampla maioria dos senadores votou a favor.

A aprovação da EBSERH foi uma política consciente da direção do PT. A operação para aprová-la iniciou com Lula, passou por Dilma e encontrou respaldo na maioria dos parlamentares da base aliada. O curioso é que no movimento sindical (ligado à educação e à saúde), a EBSERH nunca foi defendida pelos militantes das correntes sindicais dirigidas pelos partidos governistas. Na FASUBRA, em outros sindicatos e no movimento contra a privatização do SUS, há um consenso entre todas as correntes e ativistas, sejam governistas ou não: *“A EBSERH representa uma agressão à autonomia das universidades, a privatização da saúde/educação e a precarização do trabalho nos HU's”*.

Com todo respeito aos companheiros e companheiras dirigentes e ativistas sindicais da CUT e da CTB, que corretamente estão na luta contra a EBSERH, gostaríamos de alertar que é preciso

refletir sobre o papel que os dois maiores partidos da esquerda brasileira estão cumprindo na direção do governo federal e no congresso nacional. A privatização da saúde e da educação é sim uma capitulação à política neoliberal de responsabilidade das direções do PT e PCdoB.

Mas depois de um mandato inteiro de Dilma, o governo ainda não conseguiu estabelecer a EBSEH em todas as IFES no qual quase metade dos Hospitais Universitários ainda não foi privatizada. Destaque para o estado do Rio de Janeiro, por conta da forte resistência dos trabalhadores a EBSEH ainda não foi aprovada em nenhuma universidade federal.

A crise dos hospitais universitários é a mesma que abate o SUS, metade do orçamento do governo federal está comprometida com o pagamento dos juros da dívida pública, o que impossibilita investimentos maciços na saúde pública. Nos Hospitais universitários que já aderiram a EBSEH a situação continua a mesma, falta de leitos e material básico, bem como continua a contratação via terceirização. A principal justificativa para criação da Empresa apresentada pelo Governo Federal seria a necessidade de “regularizar” a situação dos funcionários terceirizados dos HU's em todo o país (26 mil trabalhadores no total). Entretanto, a proposta apresentada intensifica a lógica de precarização do trabalho no serviço público e na saúde, pois, ao permitir contratar funcionários através da CLT por tempo determinado (contrato temporário de emprego), acaba com a estabilidade e implementa a lógica da rotatividade, típica do setor privado, comprometendo a continuidade e qualidade do atendimento em saúde.

É Fundamental seguir lutando em defesa dos HU's em unidade com outras entidades e com os movimentos sociais, destaque para o movimento estudantil que esteve presente junto com a FASUBRA nos embates mais importantes.

DEFENDEMOS:

- Revogação da Lei 12550/2011 que criou a EBSEH!
- Exigir do governo Dilma concurso publico via RJU.
- Seguir organizando a luta contra a EBSEH construindo a unidade com as entidades e movimentos sociais acumulando forças para derrotá-la.
- Denunciar a situação dramática dos HU's que aderiram a EBSEH.
- Defender os trabalhadores da EBSEH, ganhando-os para luta contra a terceirização e a privatização dos HU's.

Construir a greve geral do funcionalismo público federal!

No final de 2014 e inicio desse ano o Fórum das Entidades dos Trabalhadores do Serviço Publico Federal tem cumprido um papel especial na construção da unidade para enfrentar os ataques do governo bem como na elaboração de uma pauta e um calendário de lutas unificado para campanha salarial de 2015. Foi nessa perspectiva que se realizou o seminário em dezembro do ano passado e a reunião ampliada no inicio desse ano acumulando forças para enfrentar o ajuste fiscal do governo Dilma.

Infelizmente parte da direção da FASUBRA não tem entendido a importância de fortalecer o Fórum dos SPF's semeando o desprezo por iniciativas unitárias e valorizando sempre as diferenças que há entre as entidades ao invés de destacar os pontos que unificam a luta. O objetivo central dessa postura é tentar evitar que o movimento se unifique, ganhe força e se enfrente com o governo Dilma. Cumprem assim um papel regressivo numa conjuntura que a unidade, organização e enfrentamento são necessidades para os trabalhadores e suas lutas!

Toda a unidade de ação construída na greve de 2012 foi o que resultou nos acordos fechados com o governo, não foram os melhores acordos, a inflação já corroeu e muito precisamos avançar, mas a política do governo de reajuste ZERO foi derrotada naquele momento. No ano de 2015, todos os acordos firmados chegaram ao fim com pagamento da ultima parcela dos 15,8%, e para qualquer ganho acontece nesse ano e em 2016 é preciso fortalecer a luta e construir se

preciso for uma forte greve do funcionalismo publico federal para derrotar as medidas de austeridade fiscal do governo Dilma.

Assim, todo e qualquer discurso contra a unidade dos SPF's é apostar na derrota e desmoralização completa da categoria! Confira a pauta unificada e o calendário de lutas aprovada na reunião ampliada do Fórum dos SPF's em janeiro/fevereiro desse ano:

Pauta Geral dos SPF's (eixos):

01. Política salarial permanente com correção das distorções e reposição das perdas inflacionárias
02. Índice linear de 27,3%
03. Data-base em 1 de maio
04. Direito de negociação coletiva (convenção 151 OIT)
05. Paridade Salarial entre ativos e aposentados
06. Retirada dos projetos do congresso nacional que atacam os direitos dos servidores;
07. Aprovação imediata dos projetos de interesse dos servidores
08. Isonomia salarial e de todos os benefícios entre os poderes.
09. Anulação reforma da previdência realizada através da compra de votos dos parlamentares.
10. Extinção do fator previdenciário
11. Incorporação de todas as gratificações produtivistas
12. Fim da terceirização que retira direito dos trabalhadores.
13. Concurso público pelo RJU.
14. Combate a toda forma de privatização.
15. Pela aprovação da PEC 555 que extingue a cobrança previdenciária dos aposentados
16. Pela aprovação do PL 4434 que recompõe as perdas salariais.
17. Regulamentação da jornada de trabalho para o máximo de 30 horas para o serviço público, sem redução salarial.
18. PEC 170/2012 – aprovação de aposentadoria integral por invalidez.
19. Liberação de dirigentes sindicais com ônus para o estado, sem prejuízo as promoções e progressões na carreira.
20. Pela revogação do FUNPRESP e da EBSEH

Calendário de lutas unificado:

02/02 - ATO NA POSSE DOS DEPUTADOS DO CONGRESSO NACIONAL. AS 13H

3 a 7/02: Rearticulação nos estados do FORUM DOS SERVIDORES FEDERAIS

25.02: Ato de lançamento da campanha salarial 2015 no MPOG (Bloco K), com concentração às 9h/ Dia Nacional de luta com atos, assembleias e paralisações nos estados.

03 de março: Dia nacional de paralisação da FASUBRA

06/03: Ato nacional no Rio de Janeiro e nos estados contra a privatização do SUS e a EBSEH/

Março: Jornada de Luta nos estados, com discussão sobre indicativo de greve.

07, 08 e 09 de abril: Jornada nacional de Lutas, em Brasília com discussão sobre indicativo de greve dos SPF's.

2.2. Democratização das universidades e autonomia universitária

Nas últimas negociações com o governo o tema democratização das IFES foi discutido exaustivamente nos Grupos de Trabalho – GT's, mas infelizmente sem sucesso. A aliança política entre o MEC e a ANDIFES gerou um processo regressivo no qual os docentes possuem o poder majoritário nas universidades decidindo o destino dos recursos, da gestão, do planejamento e até mesmo da vida dos TAE's. Os reitores abriram mão da autonomia, da democracia nas universidades e da independência política das universidades, em troca o governo e em especial o MEC se comprometeu em não modificar a correlação de forças dentro das IFES entre estudantes, técnicos e docentes.

No Brasil qualquer cidadão tem o direito de se candidatar a qualquer cargo eletivo no qual o nível de escolaridade não é impeditivo para os cargos de vereador, deputado estadual/federal, senador, governador até mesmo presidente da república. Mas para se candidatar a reitor de uma IFES qualquer, é necessário que o indivíduo seja docente com doutorado no final da carreira. Os técnicos, mesmo os mais graduados, estão excluídos da disputa pelo poder nas IFES ficando a democracia comprometida quando muitas universidades não possuem paridade para eleição de reitores e muitos menos para a composição dos conselhos e órgãos colegiados.

Com a concentração absurda de poder em suas mãos, os docentes que controlam a administração superior das IFES desenvolvem uma relação degenerada com os técnicos, prevalecendo o assédio moral, a perseguição política e o sufocamento da democracia nas estruturas de poder das universidades no qual os técnicos possuem um mero papel figurativo. A FASUBRA elaborou o projeto: "Universidade Cidadã para os trabalhadores" que em seu conteúdo propõe um modelo de universidade que radicaliza os espaços democráticos. Nos marcos desse projeto propomos:

- Pelo direito dos TAE se candidatarem para o cargo de reitor e fim da lista tríplice.
- Paridade para eleição de dirigentes e na composição dos conselhos superiores.
- Pelo direito dos trabalhadores aposentados de votarem e participarem da vida política da universidade.
- Retomar a luta pela aprovação do projeto de Lei da Universidade Cidadã para os Trabalhadores.

3. OPRESSÕES

Temos orgulho desse tema que destaca a luta contra o racismo, o machismo e a homofobia, que infelizmente também se reflete no movimento sindical.

A organização das mulheres na FASUBRA garantiu pela primeira vez a inclusão da CRECHE como pauta de negociação entre a FASUBRA e Governo. Dos R\$ 2 bilhões que foram previstos para repassar aos municípios e concretizar a promessa, apenas R\$ 383 milhões foram repassados. No início de 2011, 39 creches foram entregues simbolicamente, e nenhuma estava pronta para começar a matricular as crianças. Assim, o governo Dilma precisaria ter construído cinco creches por dia até o final do ano de 2014, para cumprir sua promessa. Isto é resultado de cortes a cada ano, maior, na educação.

O valor da assistência pré-escolar, conhecida como auxílio creche, dos servidores técnico-administrativos em educação é o valor mais baixo do serviço público. Atualmente o valor de R\$ 81,00 (oitenta e um reais) é pago pelo governo aos TAE's que, dependendo do cargo e faixa salarial, ainda paga a contrapartida. Com este valor é impossível pagar integralmente a mensalidade de uma creche. Diante desta realidade só nos cabe intensificar nossa luta pela universalização das creches.

É preciso lutar contra a violência às mulheres

A violência contra a mulher é um problema social. A opressão é vivenciada pelas mulheres no lazer, trabalho ou dentro de casa. A maior incidência é no âmbito doméstico, e não pode ser confundida com um problema privado. O Mapa da Violência aponta que a taxa de ocorrência no ambiente doméstico é 71,8%, enquanto em vias públicas é de 15,6%. A ideologia machista serve para naturalizar a opressão e para aumentar a exploração de uma classe sobre a outra. A violência machista mata 10 mulheres por dia no Brasil e, segundo o Mapa da Violência: Homicídio de Mulheres no Brasil, o país ocupa a 7ª posição entre 84 países em relação aos índices de feminicídio (assassinato decorrente de conflito de gênero). De acordo com as estatísticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR), uma mulher é estuprada a cada 12 segundos no Brasil e a cada 2 minutos, cinco mulheres são espancadas. Mais de 60% das mulheres que sofrem violência são trabalhadoras negras.

Ter uma presidente mulher na presidência da república não mudou nossa realidade, é o que comprova os dados oficiais. São estatísticas lamentáveis num país dirigido por uma mulher. É urgente que se cumpra e amplie a Lei Maria da Penha e que se invista recursos na sua aplicação. Punir os agressores e garantir às mulheres condições para uma vida digna são formas concretas de combater o machismo e a violência contra as mulheres. Acreditamos que governar para a mulher trabalhadora é investir em saúde, educação, transporte, moradia e no combate à violência.

Por acreditar que sem orçamento não é possível concretizar ações e dar resposta a essa realidade cruel que sofrem milhares de mulheres todos os dias, o Movimento Mulheres em Luta (MML) iniciou uma campanha em 2014 para que o governo federal destine 1% do PIB (Produto Interno Bruto) para o combate à violência contra as mulheres. “Sem investimento não é possível enfrentar essa epidemia global que coloca o Brasil no ranking de 7ª lugar entre 84 países analisados”, afirma o movimento, acrescentando que foram feitos estudos que concluem essa atitude como possível “e, mais que isso, necessário”. É preciso que todas as mulheres participem desta campanha, cobrando do Governo Dilma respostas para nossas reivindicações.

Chega de racismo, machismo e homofobia: Fora Feliciano e Bolsonaro!

A luta “Fora Feliciano” ecoou no país e nós, que estamos no dia a dia na luta contra a opressão não nos omitimos. Feliciano, além de nos atacar enquanto mulheres trabalhadoras, também nos atacou enquanto negras e homossexuais. Por isso, nós mulheres trabalhadoras, negras e lésbicas nos somamos a todos aqueles que, indignados gritaram por sua saída. Um país governado por uma mulher não pode permitir que um parlamentar siga atacando os direitos de mulheres, negros e homossexuais, muito menos que esteja à frente de uma Comissão que deveria protegê-los. Com este exemplo, temos certeza que a luta é árdua e que precisamos está organizadas na luta contra o machismo.

As mulheres têm alguns direitos garantidos com muita luta e sacrifício. A Licença-Maternidade, o período de amamentação e o auxílio creche são alguns deles. Conquistas que estão em risco com as mudanças na lei trabalhista que ocorre com freqüência. As mudanças nas pensões por morte, novo ataque da Presidente Dilma, atinge diretamente as mulheres.

As estatísticas apontam que estamos, dentro e fora das Universidades, em maior número nos serviços precarizados. Vivemos sob uma falsa noção de “empoderamento” das mulheres, pois a ideologia pregada é a de que a Justiça é igualitária ou de que se elegermos cada vez mais mulheres a realidade que vivemos mudará.

É muito importante que as mulheres rompam com sua situação de submissão e opressão e participem de fato dos espaços de decisão política, assumindo postos de direção. Porém, para mudar a vida das mulheres trabalhadoras não basta ter uma mulher no poder se não tiver compromisso com a classe trabalhadora, pois essa é a luta fundamental – a luta entre as classes e não entre os gêneros.

O fato de uma mulher chegar ao poder, como ocorreu com a eleição de Dilma, tem um significado positivo, pois demonstrou que uma mulher pode assumir a Presidência da República, cargo político mais importante do Brasil, em um país extremamente machista e violento. No entanto, quando uma mulher assume um posto de governo e governa com ou para a burguesia dominante, não reforça o poder das mulheres (enquanto gênero), mas da burguesia (enquanto classe).

O gênero é apenas um dos aspectos a ser analisado, pois o fato de ser mulher pode alimentar ainda mais ilusões nas mulheres trabalhadoras de que a situação mudará. Uma máscara feminina pode inclusive ajudar a implementação de uma política que ataca as mulheres e homens da classe trabalhadora. O mais importante elemento a ser analisado não é o gênero em si, mas o compromisso do governo em relação às políticas públicas para quem de fato precisa: a classe trabalhadora como um todo e as mulheres desta classe incluídas.

A luta contra a opressão não é pode ser um mero discurso nos dias de festa, nos 8 de março. Tem que ser uma luta diária, e concreta. Cada mulher que se filia ao Sindicato, participa de uma mobilização, de uma greve, dá um passo fundamental em sua emancipação. Cada vez que uma mulher se conscientiza de sua situação e se dispõe a enfrentá-la, também está dando mais um passo na luta contra a opressão. Cada mulher que se conscientiza de sua importância na luta pelo socialismo e se dispõem a lutar contra o capitalismo, está enfrentando sua opressão, libertando-se das suas amarras e abrindo o caminho para a emancipação total de todas as mulheres. Precisamos discutir no dia-a-dia questões polêmicas que nos diz respeito, como por exemplo, a descriminalização do aborto. Para isto precisamos está em todos os espaços de mobilização dos trabalhadores.

Precisamos seguir lutando contra a opressão e a exploração às mulheres, cobrando políticas públicas que realmente mude a realidade das mulheres trabalhadoras. Todo esse esforço na luta contra o machismo, também deve ser em relação à luta contra todo tipo de preconceito contra os trabalhadores independente da sua raça, gênero e orientação sexual. O preconceito e a opressão são reacionários, pois enfraquece o movimento e a nossa luta, na medida em que muit@s companheir@s talentosos se afastam deixando de contribuir e fortalecer nossas bandeiras de luta. Os sindicatos não podem lutar somente pela pauta econômica, mas também por direitos democráticos que atendam as necessidades de tod@s os trabalhador@s. O movimento sindical precisa ser para todos que querem participar e não pode construir ambientes hostis para tod@s trabalhadores que querem lutar!

DEFENDEMOS:

- Organizar permanentemente campanhas contra as opressões (machismo, o racismo e a homofobia)
- 1% do PIB para financiar as políticas de combate à violência contra a mulher!
- Exigir a construção e ampliação das creches para atender os filhos dos TAE nas universidades.
- Exigir a majoração do auxílio creche do valor atual para um valor que seja a media do valor de uma mensalidade cobrada nas creches do país.
- Fazer valer a oferta de creches nos eventos do SINTEST.
- Criar Coordenação de gênero, raça e orientação sexual na diretoria do SINTEST, para tomar à frente dessa luta e também acolher denúncias de prática de violência de gênero, raça e contra os LGBT's (mudança no estatuto).

O assédio moral como mecanismo de opressão

Assédio Moral, "(...) é uma conduta abusiva, intencional, freqüente e repetida, que ocorre no ambiente de trabalho e que visa diminuir, humilhar, vexar, constranger, desqualificar e demolir psicicamente um indivíduo ou um grupo, degradando as suas condições de trabalho, atingindo a sua dignidade e colocando em risco a sua integridade pessoal e profissional". Sua limitação legal envolve um emaranhado de ilícitos penais (injúrias, difamação, danos morais) de aspectos psicológicos abusivos, utilizados pela dinâmica de poder dos detentores de cargos e que

deságuam em práticas reprováveis que atingem diretamente a saúde do trabalhador e que ficam impunes, principalmente pelo silêncio advindo das promessas de garantias individuais e do medo. O trabalhador, quando assedia outro trabalhador, se coloca numa posição que o degrada como ser humano, mas atua como assediador por prováveis ganhos materiais e pela possibilidade de conseguir favores que, no futuro, possam se converter em benefícios.

Os trabalhadores mais atingidos pelo assédio moral costumam ser os que têm problemas de saúde; estão no final do prazo de estabilidade posterior a acidente de trabalho ou retornam de licença-maternidade; ultrapassaram a idade de 35 anos; questionam as políticas de gestão; são solidárias com colegas também assediados, ou seja, são testemunhas de outras situações de assédio moral.

O assédio Moral tem uma característica marcante: está na gênese da dinâmica de trabalho capitalista, pela exploração, e é vinculado ao ambiente de trabalho: é o constrangimento do trabalhador para o controle de seu trabalho. No serviço público tem um agravante durante os períodos de troca de cargos políticos, porque é necessário substituir servidores e colocar a máquina administrativa para funcionar.

O constrangimento causa um estresse provocado pela utilização de discriminação para se referir ao trabalhador de forma indigna. Alguém que julga o trabalhador não está trabalhando bem, ou tem inveja pela execução do trabalhador num nível melhor.

O assédio moral, portanto, é composto de violência e discriminação que pode ser social, racial, de gênero e/ou orientação sexual. Durante o assédio o trabalhador, sofre agressões verbais, tais como; “Olivia Palito”, se magro; balofo, ou baleia, se gordo (a); velho (a), usado no sentido de imprestável no ambiente de trabalho: doido (a) se der alguma idéia diferente ao grupo, sem autorização do assediador: lerdo (a), se não conseguir executar uma tarefa difícil oferecida. Caso seja sindicalista, é: subversivo (a), incompetente, inútil, improdutivo (a), boa vida, viajante. As questões de gênero, raça e orientação sexual também são utilizadas de modo a reforçar a ideologia de opressão, tratando os setores oprimidos como inferiores através da utilização de rótulos: gay, sapatona, prostituta de sindicato, negrinho (a), escurinho (a), macaco, piranha, loira burra, etc. Ou seja, o assédio moral ajuda a aprofundar as relações de opressão que já existem na sociedade.

O assédio moral é punível pelo artigo 140 do Código Penal Brasileiro, que trata de injúria, ou difamação, e que dá até 03 anos de cadeia, se houver condenação. Mas, essa é somente a ponta do iceberg e influencia na saúde do trabalhador e na integridade da vida.

Para que seja caracterizado o Assédio Moral, é necessário que uma pessoa seja isolada de seu grupo e humilhada, rotulada com esses e outros termos mais pejorativos, por conveniência da situação. O assediador, agindo dessa forma, lança o assediado numa situação de solidão, excluído do convívio e comunicação direta com os colegas. Pode impedi-lo de realizar cursos de atualização para crescimento na carreira, o que é condição prévia para carreiras da Saúde, por exemplo, que necessitam de atualização técnica constante.

Na administração pública, isto não deveria ocorrer. O art. 117, inciso V, do RJU, diz que “(...) ao servidor em longo prazo, porque o Assédio Moral estigmatiza o assediado”. E formada uma imagem dele frente ao grupo, são criadas expectativas com relação ao seu comportamento, alheias ao seu sentimento, ou à sua auto-imagem. Mesmo após o período de Assédio, esta imagem não se altera instantaneamente, é alterada ao longo do tempo, através das abordagens pessoais que em muito aumentam e prolongam o sofrimento do assediado.

O trabalhador público tem uma particularidade em seu vínculo trabalhista. O servidor tem a obrigação de se recusar a participar de alguma prática antiética que esteja ocorrendo e apresentar à administração e se ela se recusar, à sociedade, os problemas encontrados.

O neoliberalismo surgiu adequando as leis do público à lógica de mercado, impondo as jornadas extenuantes, retirando direitos, principalmente no que tange à flexibilização dos contratos, estendendo os prazos de aposentadoria, paralisando os concursos no serviço público, ampliando os prazos de estágios probatórios no serviço público, com o objetivo de impor um ritmo estressante de trabalho e educar os futuros trabalhadores para a submissão, sem denúncias.

A privatização neoliberal contribui muito para agravar este quadro, através da criação de empresas públicas, como a EBSEH, que foi imposta às universidades e passou a contratar através de uma prova que não contrata o trabalhador como estatutário, porém, permitindo o pagamento de salários diferentes do que recebem os servidores do RJU para a mesma função, o que tenciona a vida do trabalhador e precariza o trabalho. Uma das conseqüências da precarização do trabalho é a insegurança frente à possibilidade de ser vítima de assédio moral.

Por isso, o assédio moral existe e deve ser combatido pelos sindicatos comprometidos com a categoria. Deve ser feito um trabalho de denúncia sistemática e cobrança dos administradores para que haja um trabalho de conscientização constante sobre a ocorrência e como evitar o assédio.

4. FILIAÇÃO À CSP-CONLUTAS

Em meio à atual grave crise que vive o capitalismo, é praticamente impossível arrancar reivindicações, mesmo as mais simples, sem lutas muito poderosas. Uma categoria sozinha dificilmente pode conseguir grandes vitórias, pois para isso é preciso derrotar a intransigência dos patrões e também os planos econômicos dos governos, que estão ao lado dos empresários e contra os trabalhadores.

É fundamental, portanto, que qualquer entidade de luta esteja lutando junto com as demais categorias de trabalhadores, para que a luta da categoria se fortaleça, tenha mais chances de vitória, e para que possamos acumular forças para todas as profundas mudanças que precisamos na sociedade, até conquistarmos um governo de fato dos trabalhadores.

No Brasil, onde há um peso significativo da organização dos trabalhadores nos sindicatos, o papel de uma central sindical é fundamental. É um instrumento que pode ajudar a unificar, organizar e potencializar as lutas em defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora.

Esse papel foi cumprido durante um período pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), mas hoje infelizmente para essa central (e outras como a Força Sindical e a CTB), o governo Dilma é amigo dos trabalhadores. Assim, cumprem um papel lamentável no movimento sindical, pois não levam a luta contra o governo federal até as últimas conseqüências e, desse modo, criam obstáculos que impedem as nossas vitórias.

Recentemente vimos declarações do atual presidente da CUT defendendo corte de salários para enfrentar a crise, numa expressão clara de quem pratica um sindicalismo de colaboração de classes. Tal declaração gerou protestos inclusive de setores minoritários da CUT. E na última plenária nacional da FASUBRA a maioria dos delegados e delegadas acertadamente votou por maioria uma moção de repúdio a essa declaração do presidente da CUT, numa expressão clara de revolta e indignação.

Em função de posturas como estas foi que boa parte do movimento sindical combativo rompeu com a CUT e veio construir a CSP-Conlutas. Não compactuamos com essa concepção de movimento sindical subserviente a governos e reitorias e por isso temos grandes diferenças com os governistas na direção da FASUBRA e nos sindicatos filiados. A CSP-Conlutas foi fundada por sindicatos que romperam com os rumos que a CUT vem tomando e hoje a CSP-Conlutas se apresenta como uma ferramenta alternativa de lutas para os trabalhadores do campo e da cidade.

O SINTEST, como um sindicato que sempre teve compromisso com a luta dos trabalhadores, foi por muito tempo filiado à CUT (quando esta era um instrumento importante para organizar as lutas) e também à antiga Conlutas.

Neste CONSINTEST entrará em discussão a filiação do SINTEST/RN à CSP-Conlutas. Este será um grande passo para ajudar a fortalecer essa ferramenta que se propõe a somar esforços na luta contra os governos (inclusive os do PT) e contra os patrões, defendendo os interesses dos trabalhadores.

A CSP-Conlutas esteve na linha de frente da construção das greves de 2012 e 2014, impulsionou a luta pelos turnos contínuos/30 horas, esteve firme na luta contra a EBSEH, contribuiu ativamente para fortalecer a luta contra as opressões, em especial a luta contra o machismo que se expressa com força em nossa sociedade e também no mundo sindical e se não combatido afasta talentosas companheiras enfraquecendo o nosso movimento. Além disso, esteve sempre presente apoiando, elaborando e contribuindo com a luta dos TAE's em cada universidade.

Também vimos a constante presença da CSP-Conlutas nas grandes manifestações de junho de 2013 e à frente da luta contra as injustiças da Copa do Mundo, na qual o SINTEST participou ativamente. Também estivemos junto da CSP-Conlutas na caravana da Cúpula dos BRIC's e em diversas greves de outras categorias em que estivemos presentes em solidariedade: bancários, petroleiros, servidores do judiciário, etc. Agora em 2015, a CSP-Conlutas mais uma vez está jogando todos os seus esforços na disputa do CONFASUBRA contra os governistas, na construção da campanha unificada dos servidores públicos federais e também na construção de um campo político dos trabalhadores para enfrentar os ataques do governo e também a direita que tenta se construir sobre o desgaste do PT.

Outra questão que achamos muito importante e que temos orgulho do trabalho desenvolvido pelos companheiros da CSP-Conlutas diz respeito à questão da sustentação financeira da entidade. A CSP-Conlutas não recebe um único centavo dos governos e dos patrões, sobrevive apenas da contribuição financeira das entidades filiadas (5% da arrecadação, no caso dos sindicatos). Isto é o que garante a total independência política da CSP-Conlutas para enfrentar os ataques dos governos, sejam eles quais forem, e da patronal. Não existe independência política sem independência financeira.

Além disso, a CSP-Conlutas é uma central que busca sua legalização, mas tem uma resolução expressa que rejeita o famigerado imposto sindical, um desconto forçado de um dia de trabalho de cada trabalhador e que vai para um fundo que serve de sustentação financeira dos sindicatos.

O imposto sindical, além de ser um roubo do Estado ao trabalhador (pois ele não tem como escolher se quer ou não contribuir) é utilizado por direções pelegas e burocráticas dos sindicatos para manter o seu funcionamento e os seus privilégios, muitas vezes sem manter qualquer relação com a base de trabalhadores. Achamos que isso é errado, que o sindicato precisa se sustentar financeiramente, mas que isso deve ser discutido com os trabalhadores, que devem aportar voluntariamente e, com isso, se sentir parte do sindicato, cobrando das suas direções, cumprindo o papel ativo nas lutas, etc. O fato da CSP-Conlutas ser contra e não receber o imposto sindical mostra o compromisso desses companheiros com um sindicalismo classista, democrático e desatrelado do Estado, com independência para lutar por nossos interesses.

Fortalecer as alternativas nacionais de luta contra os governos e para organizar a classe trabalhadora em torno de um projeto de sociedade justo e igualitário também é tarefa do SINTEST! Chamamos a tod@s @s trabalhador@s em cada universidade que atuamos a se somar nesse projeto para fortalecer uma perspectiva sindical democrática, independente e de luta. Vamos filiar nosso sindicato à CSP-CONLUTAS, que é quem está conosco ombro a ombro todos os dias na luta!

5. BALANÇO E MUDANÇAS ESTATUTÁRIAS PARA DEMOCRATIZAR O SINDICATO

5.1. Balanço do SINTEST

Queremos começar afirmando sem medo de errar que o balanço global dessa gestão é muito positivo. O SINTEST é um sindicato com um histórico e uma trajetória de lutas e essa diretoria honrou essa tradição.

Num momento em que boa parte dos sindicatos encontra-se atrelado aos interesses da patronal, ter uma direção que se coloca de forma intransigente em defesa dos trabalhadores e com total independência frente aos governos e patrões é razão de muito orgulho.

Apesar de ser plural e ter em seu interior diversas correntes de pensamento e também militantes organizados, a direção do SINTEST é largamente reconhecida pela marca da combatividade, da independência e por fazer oposição aos governos (federal, estadual e municipal) que se colocam contra os interesses da categoria e dos trabalhadores em geral. Isso pode ser identificado facilmente a partir da condução ativa nas lutas dos técnico-administrativos – tendo encabeçado duas longas greves nacional contra o Governo Dilma nos anos de 2013 e 2014 – e também na participação em praticamente todas as demais lutas importantes para a classe trabalhadora do RN e do nosso país: as grandes manifestações das jornadas de junho; a Revolta do Busão (luta pelo transporte); as greves da saúde, dos petroleiros, bancários; o movimento “Na Copa vai ter luta”, etc.

No cotidiano da categoria o sindicato também esteve presente enfrentando os desmandos da administração local das universidades, além da luta contra a EBSEH, o assédio moral e em defesa dos turnos contínuos. O SINTEST, nessa gestão, também esteve presente e articulado com a luta da FASUBRA, tanto nas plenárias nacionais, como na organização dos servidores públicos federais e no próprio CONFASUBRA que se realizará este ano.

No tocante às opressões, essa direção se deparou com um grave caso de machismo de um dos seus ex-dirigentes, que agrediu uma companheira dentro das dependências do sindicato e, apesar das dificuldades no enfrentamento desse debate, se conseguiu orientar a instalação de uma comissão de ética e o julgamento da própria categoria em assembléia, que puniu o ex-dirigente com a perda do mandato.

Também esta foi uma gestão que respeitou às deliberações da categoria nas assembléias e que está fazendo este congresso como parte de uma política de impulso à participação da base na vida do sindicato.

Mas, ter um balanço positivo não significa dizer que erros não foram cometidos e que não há o que melhorar. Ao contrário, é justamente partindo das nossas falhas e debilidades que queremos explicitamente apontar o que está errado e construir coletivamente uma saída.

Uma das limitações que temos mais clareza é a baixa formação política da nossa direção. Apesar da experiência de alguns, somos um coletivo frágil politicamente, com pouca formação e com muitas desigualdades entre os membros. A formação política é fundamental não apenas para alinhar a direção num nível melhor para intervir politicamente, mas sobretudo porque é a formação política que dá mais firmeza estratégia na luta da classe trabalhadora, mais condição de resistir aos encantos e pressões da patronal e dos governos.

Rejeitamos a idéia (muito difundida no passado em nosso sindicato) de que precisamos de um único dirigente iluminado, com experiência sindical e política. Essa é a fórmula que prepara o fracasso da nossa luta, porque só coletivamente podemos enfrentar os inimigos dos trabalhadores. Quem age sozinho e não ajuda a formar equipes cedo ou tarde erra, é cooptado ou subordina a luta de uma categoria inteira a caprichos individuais. Ou trabalhamos para que a direção e também a base avancem na questão da formação, ou não poderemos vencer. Por isso, apesar de algumas palestras e cursos que realizamos, achamos que foi muito pouco. Queremos

avançar nisso, fazer convênios com institutos da classe trabalhadora (como o ILAESE) e promover espaços que ajudem a direção do sindicato e também a categoria a avançar na formação.

Outro aspecto que temos que melhorar e muito (e isto será objeto de discussão e de propostas, inclusive de mudança estatutária) é a relação dos trabalhadores com o sindicato. Não pode haver projeto vitorioso se apenas a direção do sindicato for a detentora exclusiva das ações. Um exemplo claro disso foi que durante o mandato foi necessário eleger novos membros para a direção e encontramos muita dificuldade, pois apesar de todas as lutas o surgimento de novos ativistas foi muito pequeno e restrito a uns poucos companheiros que se destacaram nas greves e nas nossas lutas. Isso é reflexo da frágil organização de base e por isso queremos revolucionar a ação sindical a partir de um trabalho consciente que ajude a impulsionar a organização por local de trabalho, que hoje inexistente.

Sabemos que a participação da categoria também não é de responsabilidade total da direção (isso também é reflexo de aspectos objetivos), mas por outro lado sabemos que é nossa a obrigação de perseguir a participação da categoria nas instâncias de decisão do sindicato, como forma de combater a burocratização e também para educar os trabalhadores a controlar seus representantes e governar suas próprias organizações. Por isso apresentaremos nessa sede uma série de medidas para democratizar o sindicato e fortalecer nossa luta na base, coisa que até agora não fomos capazes de fazer.

Apesar do importante combate que foi dado por esta direção no caso de machismo que ocorreu dentro do sindicato, também achamos que precisamos avançar muito no combate às opressões. O debate sobre os direitos das mulheres, a questão do racismo e da homofobia também foram pouco tratados por nós.

Também enfrentamos problemas em dividir as tarefas internas e realizar atividades que são fundamentais, muitas vezes em detrimento de outras secundárias e de cunho administrativo. Isto faz parte da lógica da própria estrutura do sindicato e precisamos avançar para resolver esses problemas, que são comuns a todos os sindicatos, inclusive os combativos.

Com este balanço queremos, por fim, reafirmar toda a importância do que fizemos, mas sem fechar os olhos para os desafios que estão colocados diante de nós, frente à necessidade de buscarmos transformar, conscientemente, os sindicatos numa escola de governo dos trabalhadores.

5.2. Democratizar o sindicato e fortalecer nossa luta na base

A estrutura sindical brasileira foi organizada para controlar e 'organizar' os conflitos trabalhistas. A legislação montada ainda com Getúlio Vargas transfere o poder para as direções de sindicatos, federações e centrais sindicais. As lideranças passam a ter o poder de decidir pelos demais, podendo fechar acordos com empresas ou, no nosso caso, com governos. A estrutura sindical getulista é feita para retirar o poder da base e 'acalmar' o ambiente de trabalho, evitando conflitos. O objetivo é que o poder seja exercido pela direção do sindicato e não pelo conjunto da categoria.

A maioria dos sindicatos e lideranças sindicais aceita de braços abertos esse poder que lhe é dado e ainda faz de tudo para manter o controle sobre a base, atacando a democracia, realizando manobras para impedir decisões com as quais discorde, etc. Acabam se afastando da categoria, distante da base.

Nós que assinamos essa tese e a CSP-Conlutas lutamos contra essa legislação e defendem um modelo de sindicalismo oposto, com ampla democracia e onde a base tenha poder de decisão e controle a sua direção. Por isso, nosso sindicato promove assembleias regulares e democráticas, defendemos abrir mão do imposto sindical, e formamos comandos de greves abertos para a categoria em todas as nossas campanhas.

Mas isto não é o suficiente. O SINTEST precisa democratizar ainda mais sua estrutura, para que de fato represente o conjunto da categoria. A democratização do sindicato fortalecerá as nossas lutas e é um passo importante para que a mobilização seja permanente, no ambiente de trabalho, e não apenas durante as campanhas salariais. Desta forma, estaremos ampliando a nossa força para lutar contra os governos e, principalmente, para colocar nas mãos da base o poder para decidir e conduzir as suas lutas. Para os que assinam esta tese, esse é um dos principais pontos do nosso congresso.

Outro grave problema que precisamos abordar é a cobrança do imposto sindical compulsório também aos trabalhadores do funcionalismo público que o governo vai começar a cobrar. Defendemos que a cobrança do imposto sindical deve ser banida tanto no setor público quanto no setor privado. Defendemos o financiamento sindical deve ser feito voluntariamente pelos trabalhadores e o autofinanciamento das entidades sindicais. Somos contra o pagamento do imposto, pois este está sob a tutela do Estado e compromete a independência dos sindicatos frente aos governos e patrões.

DEFENDEMOS:

- Abrir imediatamente uma discussão sobre a devolução do imposto sindical e que os trabalhadores em assembleias decidam o destino desse recurso.

A força dos trabalhadores organizados

A legislação trabalhista não reconhece a Organização por Local de Trabalho (OLT's). Apesar de aprovada na Constituição de 1988, o artigo sobre isso nunca foi regulamentado. Não é coincidência. Não interessa a patrões e governos que trabalhadores estejam organizados em cada local de trabalho. Uma organização desta forma, com centenas de pessoas eleitas e atuando, é uma ameaça permanente a qualquer governo, uma trincheira contra os ataques.

Não por acaso, em golpes militares como o do Chile (1973) e no Brasil (1964), uma das primeiras medidas foi o desmantelamento das comissões de fábrica, com prisão de centenas de delegados sindicais.

No Brasil, os trabalhadores tiveram experiências de organização por local de trabalho, com destaque para os metalúrgicos de São Paulo e do ABC Paulista. Todo esse legado foi desmontado, não só pelo interesses das empresas, que não queriam ver os trabalhadores organizados em seus calcanhares, mas também de direções pelegas, que (com toda razão) viam nas comissões de base uma ameaça para seus planos de conciliação e unidade com os patrões. Por isso, enfraqueceram e atrelaram as comissões de base.

Atualmente, apenas uma minoria de sindicatos possui algum tipo de organização por local de trabalho. Muitos apostam na fórmula das CIPAS (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes), reconhecidas pela legislação, como um espaço para organizar a luta específica por condições de trabalho

Democratizar o Conselho de Representantes e impulsionar a organização de base

O estatuto do SINTEST prevê a eleição de representantes por unidade de trabalho e/ou delegacias sindicais, de acordo com a quantidade de sócios. Eleitos, estes formariam um Conselho de Representantes, que inclusive é superior à diretoria. Este é um dispositivo que é muito democrático, mas que infelizmente ainda não conseguimos fazer funcionar plenamente.

Achamos que é uma prioridade para a categoria retomarmos a organização de base no próximo período e queremos discutir a forma de organização. Na nossa visão, o conselho de

representantes ainda é limitado assim como os critérios para sua formação, pois contam apenas os sócios sindicalizados para definir a quantidade de representantes de cada local.

Propomos formar as delegacias sindicais a partir de comissões de base autônomas com trabalhadores que podem ser ou não sindicalizados, começando nas principais repartições e locais de trabalho, e que o atual Conselho de Representantes (previsto no estatuto) passe a ter reuniões periódicas.

Não achamos que seja algo simples criarmos e mantermos as comissões. Encontraremos dificuldades, como repressão e até o nosso tempo escasso, que é tomado por uma jornada de trabalho desumana. Mas achamos que é possível e necessário.

Das lutas específicas às lutas gerais

Nas fábricas, nas empresas, o objetivo de uma organização de base é coordenar a resistência contra a exploração capitalista e disputar o controle da produção. No nosso caso, as comissões de base podem assumir um papel importantíssimo, de resistência à precarização, à sobrecarga de trabalho, à falta de condições de atendimento. É na base, em cada setor, que os trabalhadores sentem os reflexos imediatos do descaso dos governos. É onde a exploração acontece.

Nossa luta não é apenas pelas reivindicações principais, as que atingem toda a categoria, como reajustes e planos de cargos. Em cada local de trabalho, temos que exigir condições de trabalho, alimentação, novos servidores, escalas justas, jornadas, manutenção e ampliação dos serviços à população, etc.

O assédio moral é um dos principais problemas. Grande parte dos gestores e chefes, em vez de garantirem condições de funcionamento, prefere resignar-se, e trabalhar dentro do que “é possível”. Desta forma, transferem a responsabilidade para os servidores, nos obrigando a trabalhar em cenários de guerra. Para isso, recorrem à pressão, ameaças, gritos, remanejamentos, e ao uso de escalas e eventuais como formas de controle e chantagem.

Com a crise da economia, a tendência é que a situação se agrave em cada um de nossos locais. Cada vez mais seremos chamados a trabalhar em dobro, a virar plantões, a conviver como pacientes nos corredores e outras situações inaceitáveis como parte da rotina. Desta forma, as comissões de base assumem também a linha de frente da denúncia da crise da saúde, mostrando para a população a realidade que os governantes insistem em maquiar.

Na hora das greves, das lutas gerais, as comissões de base cumprem um papel importantíssimo, organizando a luta. Estaremos mais fortes, a partir das lutas específicas, para travar o combate com os governos e a defesa da saúde pública. Quanto mais trabalhadores organizarmos, mais forte o sindicato será, mais força terá para levar adiante as suas demandas. Isso é fundamental para a potencialização da capacidade de luta dos trabalhadores.

Relação com a diretoria

Não queremos que as comissões sejam “braços” do sindicato nos locais de trabalho, subordinados à diretoria. Propomos que as comissões de base sejam parte do sindicato, mas autônomas da direção do sindicato. Na prática, estas comissões serão a representação direta dos trabalhadores de sua unidade, exercendo a democracia direta, com assembleias e reuniões locais.

Isso significa transferir o poder e democratizar o sindicato, assegurando o controle pelos trabalhadores das decisões e encaminhamentos que são adotados nas lutas. Da mesma forma, o Conselho de Representantes também é parte do sindicato, mas não só com autonomia, mas superior à diretoria.

É papel da direção do sindicato acompanhar as comissões e apoiá-las, garantindo formação política e condições para que exerçam a representação. Transferir o poder não significa enfraquecimento da nossa luta. Ao contrário. Significa fortalecê-la, ajudando a formar novos ativistas, acabando com os “dirigentes eternos” que se perpetuam. O sindicato somos todos nós.

DEFENDEMOS:

- Formação das comissões de base, autônomas da diretoria.
- Alteração da composição do Conselho de Representantes no tocante aos representantes por setor para 01 representante de comissões de base que tenham 10 a 20 trabalhadores (sindicalizados ou não), 02 representantes de comissões de base que tenham de 20 a 50 trabalhadores (sindicalizados ou não) e acrescentar mais 01 representante de comissões de base a cada grupo de 50, para aqueles locais de trabalho em que exceda o número de 50 trabalhadores sindicalizados ou não (mudança no estatuto).
- Apoio às comissões de base, com formação política e combate a qualquer tipo de perseguição aos ativistas.
- Eleição de comandos durante todas as greves, em assembléia (incluir no estatuto).
- Campanha contra assédio moral (palestras, cartilhas) tendo as comissões de base também como instrumentos para denúncias.
- Ampliação das reuniões e palestras nos locais de trabalho e elaboração de pautas específicas de luta.

Contra a burocratização

A estrutura sindical afasta os melhores ativistas da base, e estes passam ter uma realidade diferente, longe do local de trabalho. Isso, somado ao acesso ao patrimônio do sindicato (carros, etc.) é um caminho aberto para que os diretores se burocratizem.

Nós que assinamos essa tese e conformamos a maioria da direção do SINTEST assumimos o compromisso de combater e denunciar qualquer burocratização do sindicato e o controle excessivo na mão de poucas pessoas. Junto ao trabalho de base, é preciso um combate permanente contra a burocratização, para evitar que os erros que ocorrem na maioria dos sindicatos se repitam.

O primeiro passo para isso é limitar a quantidade de liberações para uma única pessoa. Hoje um dirigente eleito pela categoria pode ser liberado enquanto estiver com o mandato na entidade.

Propomos que estas liberações sejam limitadas e que cada dirigente só possa ser liberado por 02 vezes consecutivas em seu mandato, ou seja, no máximo 06 anos. Passado esse tempo, o dirigente pode continuar fazendo parte da direção do sindicato, mas precisará retornar para a base. Desta forma, estaríamos aproveitando uma conquista dos trabalhadores, que é a liberação sindical para formar novos ativistas, evitar que os dirigentes se eternizem à frente do sindicato e também aproveitar a experiência adquirida pelos dirigentes que passaram seus mandatos com liberação no processo de organização por local de trabalho. A luta contra a burocratização é permanente e caminha lado a lado ao fortalecimento da presença do sindicato na base.

DEFENDEMOS:

- Limitar a quantidade de liberações do dirigente sindical em 02 mandatos consecutivos. Para voltar a ser liberado, o dirigente precisará ficar por um mandato sem a liberação, dando seu lugar a outro dirigente (mudança no estatuto);
- Aumentar de dois para três a quantidade de coordenadores-gerais, para descentralizar o poder política que hoje fica nas mãos de poucos (mudança de estatuto).
- Uso do tempo de liberação para presença na base; Controle do tempo dos liberados;
- Continuidade e ampliação dos cursos de formação política contra a burocratização;
- Controle do uso dos recursos do sindicato, com criação de regimento específico;
- Transparência nas finanças, com prestação de contas bimestral e publicação em jornal;

Assinam esta tese:

José Rebouças – Superintendência de Comunicação Universitária-UFRN / Coordenador geral do SINTEST

Francisco Nascimento/Chiquinho - Escola Agrícola de Jundiaí-UFRN / Coordenador de Comunicação do SINTEST

Ricardo Lago – Núcleo de Tecnologia Industrial-UFRN / Coordenador de Educação e Formação Sindical do SINTEST

Roberto Luiz (Robertinho) – Depto. de Física-UFRN / Coordenador de Educação e Formação Sindical do SINTEST

Carlos Firmino – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN / Coordenador de Administração e Patrimônio do SINTEST

Ieda Salviano – Administração do CT-UFRN / Coordenadora de Administração e Patrimônio do SINTEST

Marcos Dantas – CERES (Caicó) / Coordenador de Integração e Política Sindical do SINTEST

Sérgio George – DAS-UFRN / Coordenador de Integração e Política Sindical do SINTEST

José Talvanes – Restaurante Universitário-UFRN / Coordenador de Aposentados e Pensionistas

Conceição Paiva – Depto. de Desenvolvimento de RH-UFRN / Coordenadora de Políticas Sociais do SINTEST

Maria da Conceição Nascimento – HUOL-UFRN / Coordenadora de Políticas Sociais do SINTEST

José Nicodemos – Biblioteca Central Zila Mamede-UFRN / Coordenador Suplente do SINTEST

Elba Ferreira – Hospital de Pediatria-UFRN / Coordenadora Suplente do SINTEST

Maria da Conceição Lira – Maternidade Escola Januário Cicco-UFRN / Coordenadora Suplente do SINTEST

Francisco das Chagas – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN / Conselheiro Fiscal do SINTEST

Edna Maria – HUOL-UFRN / Conselheira Fiscal do SINTEST

Artur Gomes – NUPLAM-UFRN

Francisco Silvestre – Depto. de Física-UFRN

Maria da Piedade Bezerra da Silva – NEI-UFRN

Zacarias Leocádio Ferreira – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN

Agnaldo Garcia Cardoso – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN

Rubens Bezerra da Silva – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN

Carlos Leandro Aquino – HUOL-UFRN

Francisca de Fátima da Silva – Aposentada

José Fernandes de Lima (Azul) – Coord. de Transporte e Segurança-UFRN

PRO SINTEST ACORDAR

Tese ao XIV CONSINTEST

Movimento Esquerda Socialista – Sindical

O MES-Sindical reúne militantes sindicais, homens e mulheres, de diferentes gerações e etnias, de diversos setores da UFRN que sentem e agem como parte de um amplo movimento de transformação da sociedade, maior que o próprio o movimento sindical. Lutadores e lutadoras sociais que assumem a política como espaço e tempo para fazer a história. Na universidade busca construir o espaço sindical e, especialmente, o SINTEST-RN como uma ferramenta de luta dos trabalhadores e trabalhadoras desta universidade, sempre na construção pela base com democracia radical e ampla participação. No movimento geral estamos na Fasubra construindo o BASE e na CSP-Conlutas.

Conjuntura Nacional

Entendemos que as Jornadas de Junho de 2013 foram um evento maior. Só podemos entender as oscilações da conjuntura atual se buscarmos as raízes profundas do significado das Jornadas de Junho, sua força e intensidade. Acreditamos que o Levante Juvenil e Popular ocorrido em 2013, colocou o Brasil na rota dos indignados, marcou e marca o conjunto da situação política - ou seja, numa visão de temporalidade de média duração, abriu uma situação mais favorável para as lutas da juventude e dos trabalhadores, bem como para as ideias da esquerda anticapitalista. Como seguimos discutindo na avaliação eleitoral de 2014, o “espírito de junho” esteve balizando também a disputa do ano passado:

“Este triunfo só pode ser explicado a partir da nova realidade política aberta com as Jornadas de Junho e nossa batalha estratégica para se vincular com a força das ruas e de suas bandeiras. Sem o levante juvenil e popular de junho de 2013 não se pode compreender o que ocorre no Brasil nem o que ocorreu nas eleições.

O desgaste dos partidos e dos políticos, a falta de confiança da população na política já ocorria antes de junho de 2013, mas agora foi ainda maior. A ausência de entusiasmo foi algo muito evidente. Os partidos movimentam imensas máquinas de propaganda, mas não empolgaram nem pequenas parcelas do povo. O povo vai às urnas porque as eleições são obrigatórias, mas o desinteresse é muito grande.

Se por um lado isso revela despolitização, revela por outro falta de capacidade do sistema de controlar o povo, e esta falta de capacidade foi vista em junho de 2013. O levante foi juvenil, mas surpreendeu pela força, pelo apoio que recebeu e pelo entusiasmo que despertou num setor de massas que pela primeira vez, depois de muitos anos, percebeu que podia atuar e mudar o curso das coisas. Este setor de massas mais consciente, ainda minoritário em relação à população, mas já em número capaz de alterar qualitativamente a situação política, entrou no cenário político e de certa forma não saiu dele durante o processo eleitoral, embora em termos orgânicos se expressou de modo minoritário e na reta final da campanha.”

Entender a falsa polarização de nossa temporalidade.

“O que vimos pelo Brasil foram atos contra o governo Dilma e contra o PT que expressaram uma indignação geral contra a corrupção e a carestia. Entretanto, ao não ter uma ideologia crítica, anticapitalista, o que predominou foi a ideologia da classe dominante, e no guarda chuva desta ideologia as posições de direita e extrema direita também se expressam.

É neste caldo que a grande mídia atua, instrumentalizando e direcionando. Em junho de 2013 a Rede Globo foi questionada nas ruas por ser claramente identificada com a manipulação ideológica. E é, de fato, o grande partido da classe dominante brasileira. Neste 15 de março a Rede Globo estimulou, promoveu a ida às ruas. Este é um dos motivos pelos quais os atos de hoje, embora fortes, são um simulacro de junho de 2013. Não podemos ser ingênuos quando a Rede Globo estimula um movimento. Querem sangrar o governo e liquidar qualquer ideia de esquerda, usando o PT para pôr um sinal de igual entre esquerda e PT, e desta forma derrotar os projetos igualitários da esquerda socialista.”

Apesar da marcha do dia 13 ter sido mais forte do que o esperado, especialmente em São Paulo, onde 40 mil marcharam, e ter adotado um verniz crítico - bastante limitado - por alguns setores como o MST, a manifestação do dia 15 derrotou e foi muito superior ao 13. Com o 15 tivemos então uma mudança de conjuntura, onde ações de massas políticas pela esquerda foram inibidas porque há setores de vanguarda que não querem se confundir com a direita e porque uma parte da direita pegou uma pauta popular como eixo: impeachment de Dilma. A dificuldade de ações políticas de massas afastam do horizonte processos de luta mais fortes como uma greve geral, mas não anulam lutas sociais em categorias, estados e nem tiram a possibilidade de explosões populares. Por isso a burguesia tem que ter muito cuidado em querer que as ruas sejam fortalecidas como lugar de luta política e isso tende a que seus interesses sejam de acomodar a conflitiva situação política e social.

Assim, se é certo que o 15 de março mudou a conjuntura no sentido de dificultar a construção de uma alternativa de massas pela esquerda, distanciar um novo levante de junho ou a greve geral, esta definição precisa ser enquadrada numa dinâmica geral de continuidade dos conflitos e do ascenso do movimento de massas. Por isso as ações de rua no país não tendem a fortalecer o regime burguês, e esta dinâmica pode se impor mesmo que os convocantes dos atos sejam grupos de direita como os que promoveram o dia 15.

O próximo round sugerido pelos articulistas do 15-M será a mobilização convocada para o domingo 12 de Abril. Precisamos sentir o alcance dessa manifestação – será o indicativo de até onde a burguesia e setores da classe média estão dispostos a seguir a luta contra Dilma e como articulam tal objetivo manifesto com a denúncia da corrupção generalizada, que vai muito além do governo e do PT.

Por isso há muita dúvida na burguesia de como seguir atuando, já que, embora prefira que os gerentes da máquina estatal sejam seus agentes políticos de origem, o PSDB e aliados, não quer desestabilizar um regime que é atualmente sua forma preferida de dominação. Os riscos de que ações de massas possam acabar saindo do controle e até se enfrentando com o regime burguês podem ser visualizados até mesmo na base social que foi às ruas no dia 15. Afinal, os fenômenos não são puros. Assim, apesar da natureza reacionária da marcha, a resultante final pode ser outra se tudo isso acabar estimulando ações de setores mais vinculados com a classe trabalhadora, e mesmo que setores médios polarizados pela mídia queiram mais do que simplesmente o impeachment de Dilma. Vale lembrar que a corrupção é um motor que indigna todo o povo e ela não se limita ao Poder Executivo.

Então, embora junho de 2013 e março de 2015 possam ser definidos como opostos, o 15 como simulacro de junho de 2013, há elementos de unidade que se podem visualizar: o mais gritante deles é o fato de que ambos contestaram o PT e de que em ambos foram massas nas ruas indignadas também contra a corrupção, embora as jornadas de junho tenham tido um componente de crítica social bem maior que o do 15. Os elementos comuns levaram Singer a equivocadamente dizer que o 15 já estava contido nas Jornadas de Junho. Se fizermos a definição pelas tendências essenciais que revelaram vemos o equívoco da afirmação.

Mas se lembramos que muitos líderes do PT afirmaram durante as jornadas que elas foram fascistas, então não haveria falta de coerência. Ocorre que Singer, salvo engano, louvou as jornadas de junho. Sua base real para tal afirmação é que, de fato, na segunda parte das jornadas houve setores de massas que aderiram impulsionados pelo sucesso das primeiras mobilizações e pela mídia. A corrupção ao redor da PEC do MP era um dos pontos que tentou sintetizar esta parcela que aderiu a linha do “que se vayan todos”. No interior dela houve a presença de “carecas” e pequenos grupos lumpen-fascistas.

Como regra, aliás, estes grupos fascistas não eram bem recebidos em nenhum dos momentos, nem em junho nem no 15. Mas as bandeiras de defesa do golpe foram aceitas no 15 como naturais, estavam em todas as marchas, diferente de junho, onde isso não ocorreu e onde foram repudiadas quando desfraldadas. Neste caso se vê a diferença. Mas se Singer viu o 15 no interior de junho de 2013, por que não inverter a prova e ver as jornadas de junho no interior do 15? Singer viu isso porque em sua política há uma condenação a ambos: o que elas tiveram em comum de repúdio ao PT e ao governo. Ao contrário de rejeitarmos vemos aí uma razão favorável, uma explicação da simpatia que as grandes massas trabalhadoras tiveram pelo 15, assim como tiveram por junho, embora um tenha tido a marca essencial da direita e o outro da extrema esquerda.

Ações como a do MTST, na jornada de lutas pela reforma urbana, no dia 18, são respostas independentes que, ainda minoritárias, evitam estabilizar a falsa polarização entre o dia 13 e o dia 15.

Apesar de Lula não ter o mesmo nível de desgaste do PT, podemos falar em falência desse partido. Esse processo, que pode marcar pontos de similitude com a queda do muro de Berlim, empurra um setor da classe média, de forma até certo ponto lógica, ideologicamente mais à direita. No terreno da consciência, setores populares e da classe trabalhadora podem adotar posturas de maior passividade, o que não significa que vão deixar de lutar.

A crise é de todo o regime

Combinada com o agravamento da crise econômica, a continuidade dos escândalos de corrupção e as ações “sem controle” do MP, da PF e de alas do judiciário podem fazer com que o regime seja questionado de conjunto. E, neste caso, o “que se vayan todos” pode se impor.

A pesquisa MDA aponta um mínimo histórico para os índices de popularidade de Dilma: 64,8% consideram o governo Ruim ou Péssimo; sendo que 10,8% consideram Bom ou Ótimo. Essa fotografia da realidade reflete um governo que está “suspenso” do ponto de vista de seu apoio político. Dilma foi até a televisão no dia 8 de março pedir “paciência” por conta do ajuste, e acabou insuflando mais ainda os setores da classe média no panelaço, e logo em seguida na manifestação do dia 15. Mesmo quando Dilma quis utilizar uma pauta positiva, como foi a o Pacote Anticorrupção, o bate-boca entre Cid Gomes e Eduardo Cunha ganhou as manchetes, tirando Cid do Ministério da Educação e ilustrando o peso que ganhou Cunha ao longo do mês de março. A debilidade de Dilma deixou o governo refém do PMDB, alterando as feições do governo e gerando modificações nas relações entre as instituições e o regime, em profunda crise.

A crise provocou uma mudança importante no regime: o presidencialismo se enfraqueceu como instituição e o parlamento está tendo mais peso, um peso mais próximo de ser governo. É visível que os parlamentares se sentem com poder real e Renan e Cunha são chamados de presidente não apenas pela pompa. Para o bem e mal. Na economia estão melhores que se Dilma estivesse toda poderosa. O ponto de unidade entre a oposição burguesa, que por agora não tem como estratégia defender de forma consequente o impeachment, segue sendo o ajuste de Levy e a impunidade no caso Petrobrás e Lava-Jato.

Como medidas, melhoraram um pouco a tabela do imposto de renda e há uma questão em debate sobre reformas nas dívidas dos estados. Na política é claro que vão querer fechar mais o regime, disciplinar o jogo de modo que os partidos menores tenham menos peso e dificultar o surgimento de novas siglas – esta última medida já aprovada. Cunha tem percorrido o Brasil para defender sua contrarreforma, que para além destes traços, carrega uma proposta ainda mais retrógrada, o chamado “distritão” que objetivamente acabaria com a proporcionalidade nas eleições parlamentares, sendo um desastre. É preciso ficar atento às movimentações dos de cima.

No âmbito econômico, também se agravam condições desfavoráveis para o governo. Levy busca a todo custo garantir sua meta de 1,2% do PIB de superávit. Não é uma tarefa fácil, pois as pressões são enormes: dos estados, do empresariado, das dívidas a serem negociadas, mesmo da base social sindical do PT e da CUT.

A divulgação do PIB de 2014 é a mostra desse cenário: um crescimento de apenas 0,1% - distante dos tempos de fartura como os 7,6% de 2010. Os outros dados não são nada animadores. O BC revelou que a meta da inflação deve ser superada em muito: a expectativa é que fique perto dos 8%, acima do teto de 6,5% previsto inicialmente pela Fazenda. As projeções para o PIB 2015 variam entre -0,5% e -1%, numa clara tendência de queda. A renda do emprego foi a pior desde 2011. Crescem as demissões na indústria.

A ruptura com o PT e o governo também tem suas expressões superestruturais. A ruptura de Marta com o PT expressa a crise do partido em São Paulo. Sua linha pró- burguesa vai levá-la a armar uma frente com o PSB para disputar a prefeitura de São Paulo, querendo ser um porto-seguro para os petistas desencantados. A provável saída do senador Paulo Paim também se inscreve nesse quadro, ainda que seu futuro partidário possa estar mais próximo do PDT. Ambos os casos, porém, marcam a fissura dentro do PT, pois são dois senadores com muito peso, por seus estados e currículos nas fileiras do petismo.

Nessa fragilidade, Lula quer recompor com setores à esquerda, buscando diluir o fracasso e a rejeição do PT numa composição “ampla”, chegando a fazer referências ao exemplo da FA uruguaia. A esquerda combativa não pode cair nessa armadilha.

Defendemos os seguintes eixos:

- a) Abaixo o ajuste de Dilma/Levy - retirada imediata das Medidas Provisórias 664 e 665 que retiram direitos trabalhistas; em defesa do emprego, contra a carestia. Congelamento das tarifas públicas de transporte, eletricidade e água. Subsídio para as famílias mais pobres.
- b) Fora Cunha, Renan e todos os corruptos. Abertura do sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos deputados, senadores, governadores, prefeitos e vereadores. Prisão para os corruptos e corruptores. Ruptura dos contratos das empreiteiras envolvidas na Lava-Jato, com confisco de seus bens e garantia das dívidas dos trabalhadores.
- c) Taxação das grandes fortunas. Aprovação imediata do artigo disposto na constituição. Divulgação da lista do HSBC. Revolução na estrutura tributária.
- d) Por mais direitos: Em defesa dos direitos LGBT, aprovação do PL de legalização do aborto, contra o genocídio da juventude negra da periferia - não a redução da maioria penal.
- e) Não à contrarreforma política de Cunha e dos corruptos. Assembleia Nacional Constituinte, com eleições limpas, sem financiamento empresarial.

Sindical e Movimento Popular

As lutas reivindicativas seguem crescendo. O caráter explosivo da situação social é um fato. O grande problema é a falta de condições para dar um salto na unidade dessas lutas, para ganharem um aspecto político e servirem para uma ação independente do movimento de massas diante da crise.

Na conjuntura anterior, os dois principais movimentos de caráter popular e de classe foram greves de caminhoneiros e a greve dos servidores do estado do Paraná. Além da greve do Paraná, houve a ação do movimento popular - tanto na jornada nacional convocada pelo MTST e pela Frente Nacional de Resistência Urbana no dia 18 quanto na luta vitoriosa do Fórum de Ocupações Urbanas em Porto Alegre, e ocorreram ainda as greves do Pará, do Amazonas e da Região Metropolitana de São Paulo, além dos garis do Rio de Janeiro, ainda que essas últimas não tenham tido um impacto capaz de marcar a conjuntura.

Há uma dificuldade das principais direções em oferecer uma saída independente e com peso real de incidir sobre a conjuntura. O único agrupamento sindical nacional com independência em relação ao governo e aos partidos da direita burguesa e com certo peso, ainda que de vanguarda, é a Conlutas. Mas, infelizmente, o PSTU, que tem peso maior aí, acaba reproduzindo uma linha sectária, preferindo sua própria construção, sem buscar iniciativas políticas que postulem a pequena central na disputa pelo movimento real da classe. Os outros setores sindicais, ainda menores, como a Intersindical e a ASS também respondem aos seus próprios interesses, sem conseguir intervir com peso próprio no cenário nacional.

Por isso nossa aposta segue sendo na juventude. E, ao mesmo tempo, no esforço para construir planos de ação, mesmo que de vanguarda, como o 12, para ir fermentando, formando uma superestrutura nova, surgida de uma nova vanguarda. A convocatória do MTST para uma nova manifestação no dia 15 de abril, com centro na luta contra o ajuste e a direita, caminha também nesse sentido.

Por outro lado, é preciso caracterizar que o momento não é favorável aos aparatos. A crise contínua das velhas direções também é uma das expressões da situação aberta em Junho. Apesar de ter contornado, provisoriamente, a crise aberta com a rejeição do acordo no ABC no começo do ano, a direção cutista sofre importantes derrotas. A vitória da proposta de desfiliação da CUT no principal sindicato gaúcho, o CPERS, indica um caminho para a reorganização. O último congresso dos metroviários de SP somou cerca de 70% de setores antigovernistas e antibucrocráticos nas diferentes teses.

No terreno da luta por direitos o desprestígio do PT, como projeto de esquerda, e o avanço da direita nas ruas dá lugar a uma forma de resposta por parte dos conservadores aos avanços obtidos no terreno das liberdades civis nos últimos anos. A agenda que compõe a luta conta os direitos da comunidade LGBT, a luta contra o direito ao aborto, proposições parlamentares que atentam contra o estado laico e os direitos indígenas bem como a proposta de redução da maioria penal são expressões dessa reação. Poderíamos chamar de uma “contraofensiva” dos reacionários.

Quais tarefas se impõem?

A mais importante para os técnicos-administrativos da UFRN é que sai do caminho dos lutadores um entulho que gerava desconfiança da categoria em relação ao sindicato. Isso abre a possibilidade de que haja unidade na ação entre as forças que compõem a direção real da categoria, expressas nas lutas da universidade. No horizonte próximo, está a luta para que a presidenta Dilma não corte do orçamento as verbas que são fundamentais para que o povo não pague pela crise, para que tenhamos normalizado a situação da UFRN e em todos os serviços públicos, para que não sejam afetados os serviços essenciais, para que avancemos no debate da carreira e para que ela garanta condições de trabalho a nossa categoria. No dia 7 de abril, devemos nos incorporar a todas as mobilizações dos Servidores Públicos Federais, assim como a

mobilização para toda a pauta unificada. É nesse dia que devemos expor nosso descontentamento com os cortes no orçamento da união que já são da ordem de 7 bilhões só na educação.

2015 será um ano de muitas lutas e uma das principais delas será pela construção de alternativas. Entretanto, somente com mobilização e trabalho de base se pode construir uma experiência que coloque a categoria como vanguarda na construção da sua luta e da luta em comum com as outras categorias para afirmar uma alternativa sindical. No campo político estamos construindo o PSOL, no sindical a CSP-Conlutas, que ainda precisa avançar para ser uma alternativa viável para o conjunto do movimento dos trabalhadores. Por isso, mais do que nunca, devemos estar prontos para as batalhas que virão, pois só a luta conquista.

Por isso propomos:

- a) Fortalecimento da Fasubra como frente única dos trabalhadores em educação, participando ativamente das campanhas e lutas convocadas por esta entidade;
- b) Defesa do fim do Imposto Sindical e do Imposto Patronal, com garantias de repasse aos sindicatos da contribuição voluntária dos trabalhadores sindicalizados aos sindicatos por estes escolhidos;
- c) Entrada do SINTEST-RN na CSP-Conlutas, disputando um caráter amplo e democrático da central. Reconhecemos que a entidade é aquela que mais representa a luta dos trabalhadores, mas não deixamos de criticar a forma autoritária e estreita que a direção majoritária vem tocando.
- d) Priorização do Espaço Unidade de Ação enquanto espaço privilegiado de articulação dos movimentos sociais e sindicais combativos neste momento histórico.
- e) Defendemos a construção do processo de negociação conjunta dos Servidores Públicos Federais como estratégia privilegiada de negociação no momento em que vivemos.

Brasil, pátria educadora?

A presidenta Dilma tomou posse e anunciou que o lema de seu segundo mandato será “Brasil, pátria educadora”. Assim, supostamente, a educação será a prioridade nos próximos quatro anos. Entretanto, este anúncio tem enorme contradição com a realidade brasileira. O primeiro mandato de Dilma foi marcado pela negativa de investir 10% do PIB na educação pública. Agora, no início de 2015, do primeiro pacote de cortes no orçamento anunciados pelo Ministro Joaquim Levy, quase 1/3 deles será na área da educação, que receberá R\$ 7 bilhões a menos neste ano! A presidenta diz uma coisa, mas faz outra...

É escandaloso que se cortem verbas da educação justamente quando a área precisa de mais orçamento. Hoje, a maioria das universidades federais não chega a ter sequer a metade do orçamento que possui a USP — que também enfrenta problemas financeiros! Assim, falta de tudo: professores, funcionários, infra-estrutura, restaurantes universitários, moradia, transporte, verbas para viagens, para atividades de pesquisa e extensão etc. As taxas de evasão crescem, pois o governo não dá condições de permanência.

Nos últimos anos, o Brasil teve um aumento no acesso ao ensino superior. Mas ele ainda é insuficiente, pois menos de 30% da juventude tem acesso à universidade. Também não houve ampliação proporcional de investimentos. Outro problema é o impulso ao ensino privado que, estimulado pelo governo, hoje concentra mais de 75% das instituições de ensino superior do Brasil e cria uma geração de jovens reféns de mensalidades. Desse modo, vemos no Brasil a educação sendo tratada como mercadoria e a parcela já restrita de estudantes que acessa a universidade sendo tratada de maneira desigual.

A uma “pátria educadora” caberia investir pesadamente na educação, barrar a farra dos empresários do ensino superior e tratar todos os estudantes, professores e funcionários, de maneira digna, valorizando realmente as universidades. O Brasil teria condições para isso, caso a opção do governo não fosse a de cortar nas áreas sociais para garantir o pagamento dos juros para os banqueiros. Com as diretrizes econômicas do novo governo Dilma, fica claro que não apenas a presidenta não irá adiante na valorização da educação, como deverá retroceder mesmo nos já insuficientes e contraditórios programas petistas de expansão do ensino, voltados principalmente para financiar, com dinheiro público, os empresários da educação. Prova disso é a redução dos repasses do FIES para 2015, que o MEC aprovou no final de 2014 e a imprensa noticiou recentemente.

Situação do ensino superior no Brasil

O ensino superior no Brasil passou por uma grande expansão nas últimas décadas. Hoje, há mais de 7,03 milhões de estudantes distribuídos pelo país, em mais de 2400 instituições. Destas, mais de 78% são particulares, concentrando a maior parte das vagas que vêm sendo criadas. Apenas um único conglomerado educacional, o grupo Kroton, que recentemente se fundiu com a Anhanguera, por exemplo, concentra 14,2% de todas as matrículas do Brasil.

Ao lado do processo de expansão das universidades privadas, impulsionada por programas como FIES, PROUNI e PRONATEC, também houve expansão nas universidades públicas, com o REUNI. Entre 2003 e 2011, mais do que duplicou o número de cidades com campi de universidades federais no país. Lugares que nunca imaginaram abrigar uma instituição de ensino superior, hoje são sede de novos campi. Mais de 14 novas universidades e 2400 novos cursos foram criados. O número total de matrículas praticamente duplicou, passando de cerca de 500.000 para mais de 1 milhão. Mas aí também começam as contradições, pois, se o número de estudantes cresceu cerca de 100%, o de professores não chegou a crescer 50%, para não falar na nossa categoria que só expandiu por meio da terceirização e precarização dos serviços. O mesmo na ampliação dos espaços físicos ou no orçamento. Na prática, o REUNI ampliou o acesso às universidades, sem, no entanto, apresentar um investimento compatível com tal ampliação.

Tal situação seria compreensível caso fosse impossível obter mais recursos para a educação: quando o bolo é pequeno, o melhor é pelo menos reparti-lo entre todos. Mas não é este o caso. Além da ampliação do investimento geral na educação para 10% do PIB, possível caso o governo deixe de lado a atual política econômica, já no quadro atual de recursos a ampliação do investimento na educação pública seria possível, caso o governo priorizasse o investimento público, e não o fomento do ensino privado. São vários os estudos que demonstram que, com os recursos destinados às universidades privadas, seria possível criar mais vagas e com mais qualidade nas instituições públicas. Trata-se, portanto, de uma opção política do governo federal, que precisa ser denunciada, e que demonstra seu compromisso prioritário com os empresários da educação no Brasil, e não com os trabalhadores.

O investimento hoje na educação é totalmente insuficiente. Ele mal ultrapassa os 5% do PIB, enquanto mais de 40% do orçamento anual do Brasil vai para o pagamento de juros e amortizações da dívida. A meta do ministro Joaquim Levy com as medidas de ajuste é poupar, já em 2015 cerca de 1,2%, e nos próximos anos 2% do PIB, para o superávit primário (uma “poupança” para garantir o pagamento da dívida), ou seja, mais de 1/3 do total que hoje vai para a educação!

A reivindicação histórica do movimento social de 10% do PIB para educação pública, imediatamente, não foi atendida, mesmo após a greve de 2012. No Plano Nacional de Educação 2014-2024, a meta 20 propõe o investimento de 7% do PIB no primeiro quinquênio, e 10% apenas ao final dos 10 anos.

O PNE, ainda, não especifica que o investimento deve ser na educação pública, o que abre espaço para que recursos federais sigam sendo canalizados à iniciativa privada. Enquanto isso, Dilma aponta como solução a destinação dos royalties do petróleo para a educação, o que é mais uma medida midiática, pois nem de longe começa a resolver o problema orçamentário. As soluções que Dilma tem apresentado à educação no Brasil são tão fajutas quanto os “pactos” propostos pela presidenta ao povo em junho de 2013.

Nosso plano de luta

- a) Luta interminável pelo fim imediato do modelo de fundações privadas nas IFES, junto aos Conselhos Universitários e a FASUBRA;
- b) Pela desfiliação à ISP – Internacional de Serviços Públicos, sem oportunizar na base amplo debate de compreensão do que temos de estrutura sindical;
- c) Lutar pela imediata implantação do modelo de gestão pública de estado com os princípios de Universalidade, Integralidade e a Equidade no acesso aos serviços públicos, com hierarquização dos sistemas e das ações de serviços públicos;
- d) Lutar pela implementação, na prática, das Comissões Locais em Saúde do Trabalhador - Colsat em cada setor das IFES com especial atenção aos setores com maiores índices de agravos à saúde do trabalhador;
- e) Lutar pela imediata revisão das doenças ocupacionais, assegurando uma aposentadoria especial digna, integral aos trabalhadores/as do serviço público;
- f) Lutar pela realização de amplo debate que construa uma ofensiva contra os ditames da OMC – Organização Mundial do Comércio onde o governo federal, vem seguindo a lógica de flexibilizar os direitos dos trabalhadores versus reformas dos capítulos da Seguridade Social da Constituição Federal de 1988
- g) Lutar, intransigentemente contra o que há nas IFES, onde o Técnico Administrativo em Educação é funcionário do docente, seja médico ou doutor, visando romper com a lógica da violência na relação de trabalho;
- h) Realização de concurso público que vise a real reposição de trabalhadores/as nas IFES, com especial atenção aos HUs pelo seu caráter social, ao índice de segurança técnica de pessoal na saúde, respeitando cada categoria e regidos unicamente pelo RJU – Lei 8.112/90;
- i) Lutar intransigentemente pela liberação sindical sem ônus para a entidade, bem como para o trabalhador/a quanto ao seu pleno exercício;
- j) Implementar cursos de formação em saúde do trabalhador, visando qualificar a intervenção junto aos órgãos de vigilância epidemiológica, na obtenção dos indicadores de agravos à saúde do trabalhador/a.
- k) Pela extinção da EBSERH e a retomada do Regime Jurídico e da administração direta da universidade garantindo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

PRO SINTEST-RN ACORDAR

Infelizmente nos últimos anos o nosso sindicato vem passando por um profundo estado de sonolência. Falta de atividades junto com as bases, assembleias esvaziadas e um movimento pouco atuante tem sido a dinâmica recorrente deste que sempre foi um exemplo de luta para todo o Rio Grande do Norte e para todas as seções da FASUBRA.

A falta de mobilização fez com que a EBSERH, após a conturbada sessão de aprovação fosse implementada sem muita resistência e os servidores das áreas da saúde fossem completamente abandonados aos assédio moral, a destruição do Regime Jurídico Único e a privatização branca com precarização de todas as condições de trabalho.

A nossa luta pela carreira, assim como a adequação da jornada de trabalho para 30 horas semanais (turnos contínuos) continua a passos lentos. Os enfrentamentos a reitoria exigindo celeridade nos processos e manutenção dos acordos acertados em anos anteriores quase não existe.

Infelizmente em diversos momentos a atual gestão não tem prezado pela transparência em nosso sindicato. Prestação de conta em dia sob a supervisão da base deve ser prioridade sempre. Não podemos deixar cair em descrédito a imagem do nosso sindicato que foi construído a partir de tantas lutas e gestões.

Esta situação apenas pode mudar com uma nova postura da direção! Assumir o protagonismo da luta em defesa da categoria apenas poderá ser conquistada com a volta às bases e ousadia no combate a política clientelista e autoritária da Reitoria e do governo Federal. Escrevemos esta tese na expectativa que o Congresso do SINTEST-RN possa animar nossas lutas e dar nova dinâmica no nosso movimento.

**POR UM SINDICATO DE LUTA, AUTÔNOMO E RADICALMENTE DEMOCRÁTICO
DE VOLTA ÀS BASES EM DEFESA DA NOSSA CATEGORIA**